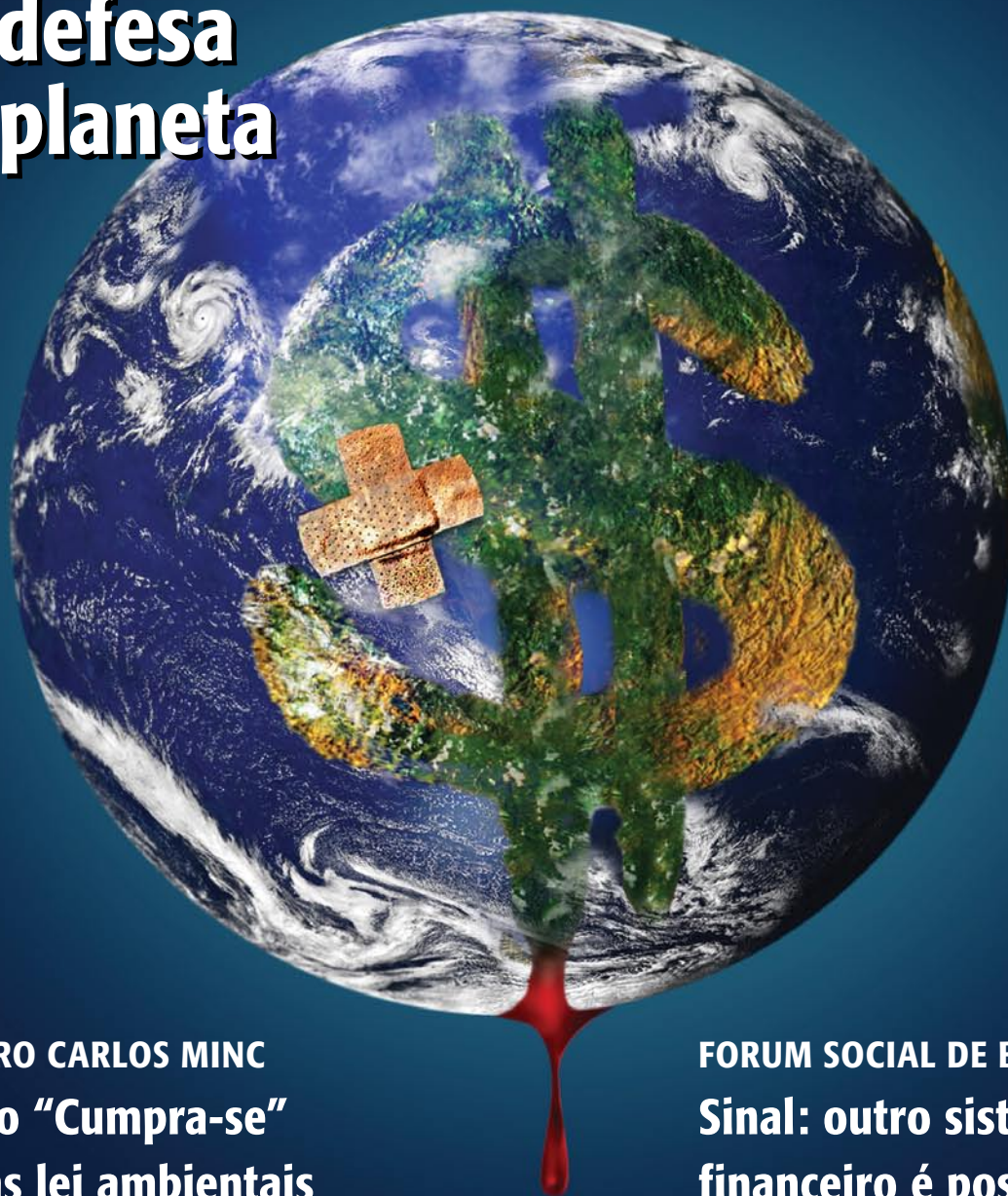


Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central n.º 6 n.º 26

SUSTENTABILIDADE

O papel dos bancos na defesa do planeta



MINISTRO CARLOS MINC
O novo "Cumpra-se"
para as leis ambientais

FORUM SOCIAL DE BELÉM
Sinal: outro sistema
financeiro é possível!

Nós também acreditamos em um mundo melhor

Belém, Pará, Brasil

É nessa “cidade das mangueiras”, cujas primeiras construções portuguesas dos séculos 17 e 18, atualmente restauradas e revitalizadas, que se realiza a 5ª edição do Fórum Social Mundial, entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro. A participação de, aproximadamente, 140 mil pessoas, de todos os estados do Brasil e de vários outros países, representa, mais que entidades, instituições e organizações não-governamentais, o anseio por um mundo melhor, mais justo e solidário.

Nesse cenário, o Sinal mantém sua coerência, identificada na contínua luta em defesa dos interesses não só dos servidores do Bacen, mas sobretudo da sociedade brasileira, e participa do Fórum de Belém com o objetivo de instigar “os outros a imaginar qual deve ser o papel do BC na construção de um mundo sustentável”, como diz Alexandre Wehby, diretor de Estudos Técnicos do Sinal.

Essa preocupação também é manifestada por Sérgio Almeida de Souza Lima, secretário-executivo do Banco Central que, no artigo “Banco Central e Responsabilidade Social”, abordando as questões e atribuições específicas do Banco Central, identifica a necessidade de um debate destinado a definir e dimensionar a Responsabilidade Social no âmbito do Banco.

Segundo Sérgio, quais seriam as ações que cambem ao Banco Central? Quais são suas partes interessadas (stakeholders) a serem consideradas em suas políticas e ações? Até que ponto o BC deve interferir na relação do sistema financeiro com o meio ambiente e a sociedade?

“Responder a essas perguntas e traçar um caminho para mais aprofundado e efetivo envolvimento da instituição com a sustentabilidade é o objetivo de projeto estratégico em andamento no Bacen.”

Exemplos de que não só o Banco Central, mas também o Sistema Financeiro Nacional não pode eximir-se de suas responsabilidades são indicados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, em entrevista à **Por Sinal**, diz que “as instituições financeiras têm papel relevante na defesa do planeta”. E que, portanto, deveriam ter “critérios ambientais e sociais mais rígidos para a concessão de empréstimos e de linhas de financiamento a quem deseja mudar plantas industriais, beneficiando as empresas que investem em energia limpa”.

Nosso país, berço do Fórum Social Mundial, cuja 1ª edição foi realizada na cidade de Porto Alegre, em 2003, apresenta uma série de desafios, como a desigualdade e a pobreza, que se contrapõem aos modernos sistemas produtivos e ao consumo sofisticado.

O presidente do Sinal, David Falcão, preconiza que a participação ativa no V FSM, visa a “mostrar que é possível um Sistema Financeiro Nacional sustentável, sintonizado com as exigências de manutenção do planeta e de construção de um mundo em que seja possível ter acesso aos bens e compartilhar tudo que é produzido pela natureza e pela humanidade”.

Contribuir para a construção de um mundo melhor é estabelecer as condições para que o debate se dê de forma ampla, geral, apartidária, com participação da sociedade, pois outro Banco Central é possível.

Conselho Nacional

Rio de Janeiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho
João Marcus Monteiro
Julio Cesar Barros Madeira
Sérgio da Luz Belsito

Brasília

Paulo de Tarso Galarça Calovi
Auriel Eleutério Marques Júnior
Max Meira

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales
Eduardo Stalin Silva
Paulo Lino Gonçalves

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros
Mário Getúlio Vargas Etelvino

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
Luiz Carlos Alves de Freitas

Fortaleza

Ricardo Antonio Meireles Arruda

Porto Alegre

Alexandre Wehby

Recife

Clovis de Lima Barbosa Junior
David Falcão

Salvador

Juarez Bourbon Vilaça

Diretoria Executiva

Presidente: David Falcão

(Recife)

Diretor-secretário: Julio César Barros Madeira
(Rio de Janeiro)

Diretora-financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
(Curitiba)

Diretor de Assuntos Jurídicos: Luiz Carlos Alves de Freitas
(Curitiba)

Diretor de Comunicações: Aparecido Francisco de Sales
(São Paulo)

Diretor de Relações Externas: Mário Getúlio Vargas Etelvino
(Belo Horizonte)

Diretor de Estudos Técnicos: Alexandre Wehby
(Porto Alegre)

Diretor de Assuntos Previdenciários: Sérgio da Luz Belsito
(Rio de Janeiro)

Diretor Extraordinário de Relações Intersindiciais:
Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales,
Daro Marcos Piffer, David Falcão, Gustavo Diefenthaeler,
José Renato Ornelas, Sergio Mendonça

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Arte: Maraca Design

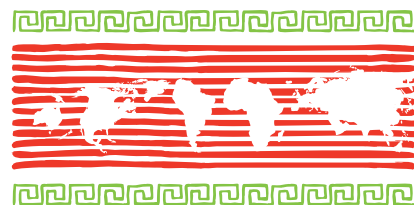
Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 15.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

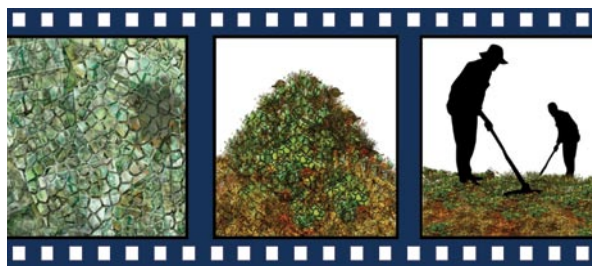
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos
artigos assinados.



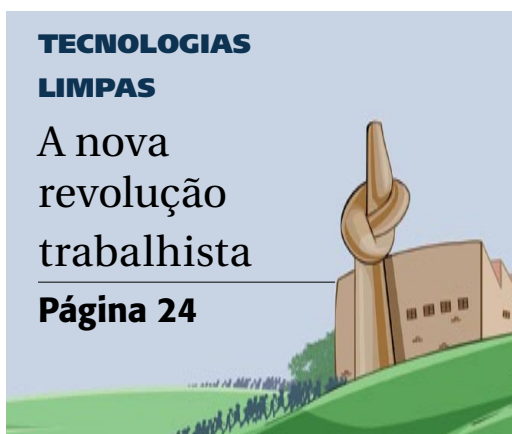
Um outro sistema financeiro é possível!
Página 16

BC ECOLÓGICO

Idéia na cabeça e dinheiro velho como adubo



Página 20



ENTREVISTA CARLOS MINC

O novo “Cumpra-se” para as leis ambientais
Página 28

DIREITOS HUMANOS

Aniversário de 60 anos, sem comemorações
Página 36



ARTIGOS

SÉRGIO ALMEIDA DE SOUZA LIMA
BANCO CENTRAL E RESPONSABILIDADE SOCIALPágina 14
CIRO TORRES
BALANÇO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA NAS EMPRESASPágina 18



O papel dos bancos na defesa do planeta

CRISE MUNDIAL PODE FORÇAR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A SER MAIS SELETIVAS E A ADOTAR NOVOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS PARA A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E DE LINHAS DE FINANCIAMENTO

ROSANE DE SOUZA

Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a PricewaterhouseCoopers, no ano passado, para avaliar a percepção das empresas brasileiras sobre o impacto do aquecimento global revelou que 96% das 136 companhias consultadas consideram as mudanças climáticas do planeta um assunto estratégico para o futuro dos seus negócios. Elas apontaram, porém, os altos custos, a falta de conhecimento técnico e de divulgação de oportunidades de financiamento como os fatores que limitam as iniciativas e a realização de projetos sustentáveis.

As instituições financeiras, portanto, têm papel relevante na defesa do planeta, e o resultado da consulta deveria guiá-las na construção de critérios ambientais e sociais mais rígidos para a concessão de empréstimos e de linhas de financiamento a quem deseja mudar plantas industriais, beneficiando

as empresas que investem em energia limpa, por exemplo.

Não é o que acontece. Hoje, somente os bancos holandeses não dão crédito a quem utiliza energia suja. Relatório do BankTrack, instituição criada para fiscalizar e monitorar o setor financeiro, divulgado em dezembro de 2007, expôs a fragilidade de 45 bancos de todo o mundo no que se refere à responsabilidade socioambiental. No Brasil, apenas o Bradesco, o Itaú e o Banco do Brasil obtiveram resultados um pouco acima da média – baixos, porém, na escala de zero a quatro, estabelecida pelo relatório. Na verdade, só o HSBC e o holandês Rabobank receberam boas pontuações.

Roland Widmer, gerente do programa Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, atribui a responsabilidade disso à ausência de regulamentação do sistema financeiro, o que levou a criação de um enorme “sistema bancário sombra”. Este, por sua vez, foi em grande parte responsável pela expansão de produtos securiti-

zados e derivativos de crédito exóticos.

“Em 2007, por exemplo, o valor nominal de derivativos de balcão chegou a cerca de 596 trilhões de dólares, valor 10 vezes maior do que o PIB mundial”, informa ele. A solução, segundo os responsáveis pelo programa Eco-Finanças da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e o BankTrack, seria a retirada dos bancos da política. “É preciso exigir que os bancos obtenham autorização da sociedade para operar e, com isso, garantir a participação democrática no projeto de uma nova ordem financeira global”, defende Roland Widmer.

Passivos ambientais

A responsabilidade socioambiental deixou de ser medida apenas pelas vantagens publicitárias que representa para as empresas, desde que a conta do prejuízo começou a chegar – e é salgada. Hoje, os cuidados com o meio ambiente passaram a ser também uma variável econômica importante, principalmente para as instituições financeiras. É que a legislação ambiental

vigente em todo o mundo, cada dia mais severa, aplica o Princípio do Poluidor Pagador, que obriga aos que sujam o planeta a terem políticas de prevenção, repressão e, essencialmente, reparação dos danos provocados pelo seu empreendimento. O resultado do pagamento de passivos ambientais se reflete de imediato na situação financeira das empresas poluidoras e pode comprometer a sua capacidade de pagar as dívidas contraídas com os bancos.

Só agora, apesar de estarem expostos a esses riscos nas operações de crédito, os bancos começaram a se dar conta da necessidade de estabelecer suas próprias políticas ambientais internas, assim como critérios claros de boas práticas sustentáveis. “De 2007 para cá, alguns bancos avançaram”, reconhece Gustavo Pimentel, especialista em finanças sustentáveis, que já representou o BankTrack no Brasil. Pimentel citou como exemplo a política climática do Banco Dexia, da Bélgica, e de florestas do ANZ, na Austrália. No caso brasileiro, as três instituições financeiras pesquisadas pelo BankTrack não divulgaram novas políticas setoriais ou temáticas para a concessão de crédito. “Mas sabemos que esses bancos estão estudando a implantação dessas políticas, principalmente para setores relevantes, como os das florestas, biocombustíveis, agricultura, mineração e metalurgia”, adianta Pimentel, dando exemplos concretos, como o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil e os de

O modelo do Ibase

Os balanços sociais das empresas começaram a ser feitos no Brasil, nos anos 1997 e 1998. Hoje, o modelo adotado pelas companhias brasileiras, que foi idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é o instrumento mais utilizado pelas empresas para demonstrar publicamente a adesão de tornar transparentes as suas principais informações sociais, financeiras e ambientais.

Foi a partir da publicação do balanço social que diversas organizações sindicais puderam fazer denúncias de trabalho escravo de homens e mulheres pelo Brasil afora. “Num país onde a desigualdade social continua como um dos principais problemas, e onde a riqueza ostensiva dos conglomerados nacionais e multinacionais divide espaço com a pobreza degradante, exigir das empresas uma postura ética e responsável – com práticas efetivas e não apenas com discurso – passa, necessariamente, pela pressão da sociedade”, afirma o economista João Sucupira, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), entidade que institucionalizou o modelo de balanço

microcrédito do Real e do Itaú. “O Real tem programas setoriais que exigem melhores práticas dos clientes, como a política de florestas, que tem impacto direto no setor madeireiro.”

Elvira Cruvinel, coordenadora dos projetos “Governança em Cooperativas de Crédito” e “Moedas Sociais” do Banco Central e editora do Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, também do BC, acredita que é no processo de crédito que os bancos podem fazer a diferença, porque toda empresa precisa de capital de giro, enquanto as instituições financeiras têm nos empréstimos a sua principal fonte multiplicadora do dinheiro. “Hoje, há uma preocupação muito grande em saber a quem o banco está emprestando. As instituições precisam estabelecer critérios ambientais, para induzir as

empresas a serem socialmente responsáveis. Elas vão querer cumprir as provas estabelecidas nesses critérios para receber o dinheiro”, disse Elvira, acrescentando que os fundos de investimentos foram a grande “sacada” de alguns bancos para obrigar as empresas a se tornarem responsáveis pela sustentabilidade do planeta.

Sócio-diretor da Consultoria Finanças Sustentáveis, com sede em São Paulo, junto com Cassio Trunkl, Victorio Mattarozzi afirma que, na Holanda, o Banco Triodos já foi criado em 1980 com a intenção de lançar políticas de crédito e investimentos baseados em critérios socioambientais, assim como fundos de investimentos voltados para a sustentabilidade. “A instituição financeira apóia com financiamentos ou fundos de investimentos apenas os projetos de agricultura orgânica ou

familiar que tenham como princípio o uso de energias limpas e a busca da eficiência energética.”

No entanto, da totalidade dos fundos criados, que representa 12% do mercado financeiro, apenas 1% foi montado com base em critérios socioambientais. Outro banco holandês, o Rabobank, instituiu uma política de crédito a projetos de agronegócio sustentáveis que premia com taxas de juros mais baixas os empresários que se preocupam com a proteção do clima e do meio ambiente. A taxa

de juros pode cair em até 0,5%. O grupo Rabobank, um dos principais fornecedores de serviços financeiros para a indústria de alimentos e o agronegócio, faz um score anual dos clientes e criou até um inédito manual de boas práticas socioambientais para empresários brasileiros do agrobusiness (ver página 10), que despertou o interesse da matriz do Utrecht, na Holanda. “Os dois bancos têm práticas bem avançadas, em comparação com as instituições brasileiras”, afirma Cassio Trunkl.

Crterios de financiamento

Um banco verdadeiramente responsável, dizem os ambientalistas, deve responder a duas questes centrais: a quem eu financio? E como financio? Gustavo Pimentel diz que a escolha de setores, nesse caso, é crucial. “As carteiras devem ter metas de migraço de setores de alto impacto para os de baixo, além de financiar diretamente os que fazem parte da soluco, como os de tecnologia limpa”, enfatiza. O especialista aconselha aos bancos a emprestar, enquanto fazem a transio, apenas a empresas consideradas de alto impacto que jรก adotaram as melhores prticas ambientais. Isso é particularmente importante no caso brasileiro, lembra Victorio Mattarozzi, porque os relatórios do Finance Initiative Climate Change (FCC) apontam que o Brasil será um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas.

Elvira Cruvinel sustenta que o risco ambiental é uma variável econômica importante a ser levada em conta pelos grupos financeiros, sob o perigo de se investir em negócios que podem ser embargados no futuro, como é o caso das grandes obras hidrelétricas. “É preciso gerenciar esse risco e considerar os cuidados ambientais também como uma garantia de empréstimo”, adverte. Ela cita exemplos de bancos credores que recebem terra, como pagamento de dívidas, e ganham, na verdade, uma herança de passivos ambientais gigantescos.

Pimentel, assim como outros especialistas em finanças sustentáveis, acredita que a crise financeira interna-

Pioneirismo da Centrus

A Fundação Centrus, previdência complementar dos servidores do BC, foi uma das primeiras signatárias brasileiras do documento Princípios do Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), iniciativa da ONU que classifica as empresas segundo os aspectos da sustentabilidade, adotado em 2006. Na ocasião, 140 empresas estrangeiras tinham aderido ao PRI, entre as quais se destacam os grandes administradores de fundos do mundo inteiro.

Em dezembro de 2008, 458 empresas passaram a ser signatárias dos princípios socioambientais da ONU, entre elas, 28 brasileiras, o que fez com que os investimentos iniciais de US\$ 5 trilhões em empresas sustentáveis triplicassem num período de dois anos. “De 2006 a 2008, a composio da carteira de renda variável da Centrus em empresas sustentáveis, aquelas que adotam também a governança corporativa e a transparência, foi ampliada de 52% para 73,7%, sendo que a cesta de ações do Índice de Sustentabilidade subiu de 34,8% para 42,1%”, disse Daso Coimbra, diretor de Aplicações do fundo de pensão do BC.

O diretor da Centrus, funcionário de carreira do BC há 32 anos, fez questão de salientar que ninguém está fazendo bondade com o chapéu dos outros – ou seja, com o dinheiro dos servidores – ao investir R\$ 3 bilhões em ações de empresas sustentáveis. “Nós investimos para aumentar a rentabilidade, pois sabemos que, hoje, essas empresas tendem a ser mais rentáveis. Só o fato de contarem com investimentos mundiais no valor de US\$ 15 trilhões já valorizam suas ações. Essas empresas são as mais procuradas, por serem as mais confiáveis.”

cional vai acelerar o processo de se exigirem novos critérios socioambientais na concessão de empréstimo: “Com o crédito escasso, o mercado fica mais seletivo”, diz. “Os bancos brasileiros vão adotar critérios de avaliação de riscos e de oportunidades muito mais severos, para evitar, por exemplo, os problemas na agricultura, provocados pelas chuvas”, acrescenta Mattarozzi.

Legislação mundial

A poluição ambiental passou a ser tratada como um problema econômico a partir da segunda metade do século XX, quando a teoria do

desenvolvimento se sobrepôs à do crescimento indiscriminado. Esse foi o primeiro passo que levou o mundo inteiro a pensar que esse desenvolvimento também precisava ser sustentável. Em 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. “Mas a legislação ambiental passou a se afunilar em 1988”, lembra Elvira Cruvinel.

A Eco 92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvi-

to, realizada, no Rio de Janeiro, foi o grande passo para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio também consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para uma ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, da necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançar na direção do desenvolvimento sustentável.

RABOBANK

Manual de boas práticas

Fundado por produtores rurais há mais de 100 anos, o Rabobank foi idealizado para ser uma cooperativa de crédito rural com o intuito de proporcionar às comunidades o acesso a fontes de crédito mais justas e confiáveis, ajudando-as a construir e manter seus negócios. No Brasil, o banco atende ao polêmico setor agroindustrial desde 1990. Em 2002, passou a oferecer “produtos e soluções financeiras diretamente para os produtores rurais”. No seu “Manual de Boas Práticas”, a instituição financeira ensina como a propriedade deve tornar-se sustentável, na prática. Para isso, o produtor deve:

- Planejar estrategicamente o desenvolvimento da propriedade;
- Levantar e conhecer todos os requisitos legais de seu negócio;
- Possuir uma postura proativa em relação à gestão dos aspectos trabalhistas e ambientais;
- Proporcionar o treinamento e a capacitação da mão-de-obra da propriedade;
- Fornecer aos colaboradores condições de trabalho de acordo com a legislação vigente;
- Preocupar-se com o bem-estar das pessoas que vivem na propriedade;

- Utilizar tecnologias e soluções “limpas”;
- Reduzir o consumo relativo e absoluto de recursos, como matérias-primas, energia e água;
- Instalar sistemas inteligentes de reuso de materiais e uso de materiais alternativos;
- Buscar o desenvolvimento e uso de produtos que causem o menor impacto possível ao meio ambiente.

Critérios de Qualificação

Para a análise socioambiental dos clientes, o Rabobank estabeleceu Critérios de Qualificação que têm reflexos nas taxas de juros aplicadas nos empréstimos oferecidos:

- Cumprimento das exigências legais relativas às Áreas de Preservação Permanente;
- Cumprimento das exigências legais relativas às Áreas de Reserva Legal;
- Fornecimento de boas condições de segurança, alimentação, higiene pessoal, alojamento e transporte, garantindo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores;

Além disso, no encontro internacional do Rio de Janeiro foi definido o conceito do Princípio da Precaução, que se traduz na garantia contra os riscos potenciais, mesmo aqueles que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser identificados. Esse Princípio afirma que, na ausência da certeza científica formal, a existência de risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever o problema. É com base no Princípio da Precaução que algumas empresas podem ser responsabilizadas por danos ambientais, conforme passou a

ser definido na Lei de Biossegurança.

Mas só em outubro de 2002, começou-se a delinear as bases dos Princípios do Equador, um conjunto de exigências socioambientais aplicadas na concessão de financiamento de grandes projetos. Nessa data, o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e o banco holandês ABN Amro promoveram um encontro de altos executivos em Londres com o objetivo de discutir experiências com investimentos em projetos, envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes, nos quais nem sempre existe legislação

rígida de proteção do ambiente.

No ano seguinte, dez dos maiores bancos de financiamento internacional de projetos, responsáveis por mais de 30% do total de investimentos em todo o mundo, lançaram as regras dos Princípios do Equador na sua política de concessão de crédito. A partir daquele momento, a abordagem financeira ambiental passou a ser indispensável não só do ponto de vista da ética dos negócios, mas também para evitar que as instituições financeiras comessem a ser responsabilizadas judicialmente pelos danos gerados por suas operações de crédito. **S**

- Armazenamento, uso e descarte adequado de produtos químicos, combustíveis e lubrificantes, bem como de suas embalagens;
- Descarte adequado de resíduos gerados em suas atividades.

Critérios de exclusão de crédito bancário

- Violação das diretrizes socioambientais setoriais do Rabobank: Código de Direitos Humanos, Código para Produção de Dendê e Código para Uso de Transgênicos;
- Violação das providências previstas pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Direitos Fundamentais no Trabalho;
- Sobreposição de áreas com unidades de conservação;
- Sobreposição de áreas com territórios indígenas ou quilombolas;
- Comércio de espécies listadas nos anexos I e II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites) (www.cites.org);
- Produção, comércio ou uso de defensivos proibidos ou inseridos na lista de exclusão do International Finance Corporation (www.ifc.org);
- Existência de áreas com situação fundiária sob disputa judicial;
- Ausência de registro em carteira de todos os seus trabalhadores próprios, assim como de todos os trabalhadores terceirizados que

trabalhem para a empresa de forma temporária ou regular, dentro ou fora de suas dependências;

- Envolvimento com desmatamento não autorizado após janeiro de 2005;
- Envolvimento com desmatamento legalmente autorizado após janeiro de 2005, sem a devida averbação e conservação das áreas de Reserva Legal e proteção das Áreas de Preservação Permanente nas propriedades em questão, de acordo com os limites estabelecidos na lei;
- Processamento, transporte ou comercialização de madeira de florestas nativas sem as necessárias licenças e autorizações dos órgãos competentes ou sem o cumprimento dos requerimentos de tais licenças e autorizações;
- Para as atividades de produção de madeira a partir de florestas naturais, empresas que não estejam certificadas ou em processo de certificação pelo sistema do Forest Stewardship Council (FSC) ou equivalente;
- Ausência de licenças ambientais aplicáveis ao negócio desenvolvido pelo cliente;
- Existência de corrupção, sonegação de impostos ou falsificação de documentos.

Sob a batuta dos bancos centrais

No mundo inteiro, os bancos centrais tomam medidas concretas para impedir o saque descontrolado aos bens naturais da humanidade. Nos Estados Unidos, a orientação dada aos bancos é analisar o risco ambiental nas operações de crédito, principalmente as que envolvem garantias, porque o valor dessas pode ser afetado pelos passivos ambientais. Medidas similares estão sendo tomadas pelo Banco Central da Indonésia, segundo o especialista ambiental. Na América Latina, o BC da Costa Rica se destaca ao exigir análise de risco ambiental para crédito a pessoa jurídica. “Mas o exemplo mais animador vem da China”, conta Pimentel.

Segundo o especialista, na China, o governo e o Banco Central proibiram o crédito de todos os bancos a empresas que fazem parte de uma lista negra de poluidores confessos e com extenso currículo de autuações. Instituições saneadas pelo governo chinês, após a crise bancária mundial que também afetou o país comunista, tiveram de assumir compromissos sustentáveis antes de serem salvas. No Brasil, o BC ainda discute como implementar essas políticas, principalmente após o Acordo de Basiléia II (ver box na página 13).



O Banco Central do Brasil integra instituições-chaves de governança internacional dos mercados financeiros globais, tais como o BIS (Bank for International Settlements - Banco Central dos bancos centrais). “O BCB deve aproveitar essa associação para atuar, além da estabilidade financeira, em prol da sustentabilidade. Poderia sugerir e apoiar, por exemplo, o desenvolvimento de um “Acordo de Capital da Basiléia sustentável” e tornar obrigatória a inclusão de questões ambientais e sociais em processos de

análise de risco de atividades de financiamento bancário”, afirmou Roland Widmer, da Amigos da Terra.

Outra medida importante, mas considerada o mínimo que se podia fazer pelos especialistas, foi a Resolução 3.545 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estipulou a exigência de alguns requisitos ambientais para a concessão de crédito a atividades agropecuárias dos municípios que integram o Bioma Amazônia. Entre os requisitos, estão a verificação da existência de licenças expedidas por órgãos públicos. “Esse tipo de medida já era solicitada pela sociedade civil há pelo menos dois anos. Mas há tantas lacunas na Resolução que dificilmente fará diferença. Por exemplo, exclui das exigências os assentamentos rurais e permite a entrega de protocolos de solicitação de regularização ambiental”, diz Pimental.

Política de Estado

O BNDES, no entanto, que já foi criticado por fazer do Protocolo Verde apenas uma carta de intenções, começou a ser elogiado depois da assinatura de um novo Protocolo, em agosto do ano passado, pelo Ministério do Meio Ambiente, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco da

Sinal verde do BNDES

No novo Protocolo, celebrado em 1º de agosto de 2008, o BNDES decidiu deixar claro que os bancos signatários devem financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental. Para isso, devem:

- Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos; e
- Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.

Amazônia e o Banco do Nordeste. Nele, os bancos signatários reconhecem seu papel na busca do desenvolvimento sustentável e se propõem a “empre-

ender políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e que

estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras”.

Victorio Mattarozzi, da Consultoria Finanças Sustentáveis, elogia a segunda versão do Protocolo Verde do BNDES, instituição signatária do Protocolo de Intenções de Responsabilidade Socioambiental, por ter incluído exigências sustentáveis para aprovação do crédito, assim como uma série de critérios que, se adotados pelas empresas que desejam obter financiamentos, vai provocar impacto na taxa de juros cobrada pelo banco. “A versão de 2008 incorporou orientações bem específicas para os bancos, o que é muito positivo, porque é uma decisão que envolve bancos públicos”, assinala Mattarozzi. 

Acordo de Basileia II

O primeiro pilar do Acordo de Basileia II objetiva o aumento dos requisitos mínimos de fundos próprios aos riscos de crédito e cobrir, pela primeira vez, o risco operacional. Com esse novo acordo, as entidades bancárias serão obrigadas a destinar capital para cobrir, por exemplo, falhas humanas, incluindo fraudes, e desastres naturais.

O acordo também reforça o processo de supervisão quanto à suficiência de montante de capital nos bancos e implementa disciplina de mercado com vista a contribuir para práticas bancárias mais saudáveis e seguras. Os bancos terão de divulgar mais informações sobre as fórmulas que utilizam para gestão de risco e alocação de capital.

O objetivo do Acordo de Basileia II não é aumentar os fundos próprios regulamentares, atualmente detidos pela globalidade do sistema financeiro, mas redistribuir os requisitos entre as instituições, premiando as que utilizem as metodologias de medição mais

sensíveis ao risco e que divulguem, em detalhe, a gestão de risco e os processos de controle adotados.

As fórmulas de cálculo de fundos próprios que estão definidas no Basileia II buscam contemplar os efeitos de diversificação e consistência das carteiras de crédito, obrigando a uma estimativa das determinantes da perda esperada – a probabilidade de descumprimento e a perda em caso de descumprimento. Uma parcela dessa informação deverá ser gerada pela primeira vez em muitas instituições.

O novo acordo de capitais permitirá que todas as instituições, notadamente aquelas que ainda não adotam as práticas mais avançadas de cálculo de fundos próprios, passem a utilizar um conjunto de conceitos e procedimentos, que, de outra forma, estariam apenas ao alcance das instituições de maior dimensão e capacidade técnica.

Banco Central e Responsabilidade Social

A relação do Banco Central do Brasil (Bacen) com a sociedade caminha rumo a mais transparência e diálogo, no esteio do processo de redemocratização do país e também de uma mudança global em termos da relação do Estado com a sociedade. O Bacen possui responsabilidade social singular, relativamente a outras organizações, sejam públicas ou privadas. Ademais, a responsabilidade social do Bacen é diferente de outros bancos centrais clássicos (VENTURA, 2002). Como órgão regulador e supervisor do sistema financeiro, o Bacen busca estabelecer padrões de funcionamento para as instituições financeiras, sempre alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais, que hoje são impregnadas de preocupações socioambientais (TOSINI e VENTURA, 2007).

Os crescentes problemas socioambientais e a propagação da idéia de co-responsabilização de diferentes atores sociais na busca de soluções, em todo o mundo, têm exigido do sistema financeiro mais comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Em decorrência das pressões sociais e de investidores, o mercado financeiro tem percebido que as variáveis social e ambiental devem ser consideradas na condução dos negócios, particularmente pelos riscos envolvidos nas operações de crédito e nos investimentos, tema já incorporado ao II Acordo de Capitais da Basileia. Assim, a performance financeira não é mais critério único no trato dos investimentos e na oferta de crédito. Pelo lado do investimento, pode-se mencionar a criação de índices referenciados a papéis pertencentes a empresas consideradas sustentáveis, em seu sentido mais amplo – a título de exemplo, em 1999, o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque e, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado no Brasil pela Bovespa (atual BM&FBovespa) –, que evidenciam o envolvimento do mercado financeiro com a sustentabilidade. Pelo lado do crédito, os bancos passaram a utilizar critérios socioambientais na concessão de financiamentos, preocupação esta consubstanciada pela assinatura em 2003 dos Princípios do Equador, com maciça adesão em todo o mundo, incluindo bancos brasileiros. Assim, instituições financeiras



privadas e públicas, no Brasil e no mundo, têm caminhado no sentido de criar produtos e serviços articulados com esse movimento maior na sociedade, além de reposicionar suas estratégias empresariais na linha da sustentabilidade.

No âmbito internacional, são diversas instituições, inclusive órgãos e agências multilaterais de financiamento, que possuem política de responsabilidade socioambiental e que incluem critérios socioambientais e de sustentabilidade em suas avaliações de crédito – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Europeu de Desenvolvimento, dentre outros. Adicionalmente, há exemplos de órgãos reguladores e supervisores que orientam a supervisão bancária e as instituições financeiras sob sua subordinação a atentarem para as questões sociais e ambientais, especialmente sob o ponto de vista do risco. Com relação especificamente à política de responsabilidade socioambiental em bancos centrais, pode-se citar o Banco Central da Áustria, que possui política socioambiental institucionalizada pela

diretoria e já possui certificação do *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS) e ISO 14001 (TOSINI e VENTURA, 2007).

Por outro lado, o governo tem sido demandado a ir além de suas políticas de comando e controle, passando a adotar práticas de responsabilidade social também internamente, em suas instituições. Como exemplo, o Decreto 5940/06 trata da necessidade de se efetuar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e de destiná-los a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis - o que indica tanto uma preocupação ambiental como social.

O Bacen está atento às mudanças, uma vez que elas criam um novo ambiente institucional, exigindo alterações tanto na regulação quanto na fiscalização das instituições financeiras, além de alterações na estrutura interna da instituição. Nesse cenário, em 2007, a Diretoria Colegiada aprovou novas orientações estratégicas, a vigorarem até 2011, incluindo a Responsabilidade Social como um valor organizacional. Além disso, a nova visão de futuro trata da importância da instituição para o desenvolvimento sustentável, sinalizando a necessária consolidação e envolvimento nesse movimento: "O Banco Central, por sua atuação autônoma, pela qualidade dos seus produtos e serviços e pela competência dos seus servidores, será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil". É, portanto, a operacionalização da responsabilidade social das organizações, de forma geral, e do Banco Central, especificamente, um caminho para se atingir esse desenvolvimento, cujo conceito agrega as dimensões social, ambiental e a econômica.

Mas, dadas as especificidades do Banco Central do Brasil, é necessário estabelecer debate visando definir e dimensionar sua Responsabilidade Social. Que ações caberiam ao Bacen? Quais são suas partes interessadas (*stakeholders*), a serem consideradas em suas políticas e ações? Até que ponto deve interferir na relação do sistema financeiro junto ao meio ambiente e à sociedade? Responder a essas perguntas e traçar um caminho para mais aprofundado e efetivo envolvimento da instituição com a sustentabilidade é o objetivo de projeto estratégico em andamento no Bacen. Espera-se que o projeto produza impactos positivos internos e externos, ao

definir e priorizar áreas em que a instituição pode e irá atuar rumo à sustentabilidade¹, além de reforçar aquelas em que já atua. A título ilustrativo, podemos citar como ações do Bacen que contribuem para o desenvolvimento sustentável: a) atuação no desenvolvimento das microfinanças, reconhecido instrumento de combate às desigualdades sociais, ao proporcionar o acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros²; b) participação na Rede Nacional de Mobilização - COEP, desde sua criação em 1993; c) participação na criação e implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, que reconhece a educação financeira como ferramenta de inclusão social, de melhoria da vida do cidadão e de promoção da estabilidade, concorrência e eficiência do sistema financeiro do país; d) por meio da Resolução 3477/2007, o Conselho Monetário Nacional (CMN) obrigou as instituições financeiras a terem suas próprias ouvidorias, o que gera melhorias no atendimento e na resolução de conflitos; e) no que se refere à dimensão ambiental, por meio da Resolução 3.545/2008, o CMN determinou que os bancos públicos e privados que operam com crédito rural passem a exigir dos produtores rurais, em área de floresta - bioma Amazônia, documento que comprove a regularidade ambiental. Essa resolução é um exemplo de que o sistema financeiro não pode funcionar à margem dos problemas sociais e ambientais que, inevitavelmente, causam impactos negativos sobre o desenvolvimento econômico e sobre a saúde do sistema. 

* Secretário-Executivo do Banco Central

1. O objetivo do projeto é a institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao valor Responsabilidade Social.

2. A atuação do Bacen dá-se por três vias principais, no âmbito das microfinanças: cooperativas de crédito, correspondentes no País e microcrédito. Para cada uma delas, mas de forma integrada, o Bacen vem trabalhando no aperfeiçoamento normativo e na implementação de ações, como exemplos, a divulgação e debate das microfinanças no Brasil, via realização de seminários em todo o país, e a realização de projetos específicos para o cooperativismo.

Referências

- TOSINI, Maria de Fátima; VENTURA, Elvira Cruvinel F. A responsabilidade socioambiental de órgãos reguladores e o Banco Central do Brasil. In Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Ano 2, no. 23, outubro de 2007. Disponível em: www.bcb.gov.br/?boletimrsa. Acesso em: 12 jan 09.
- VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. O Banco Central do Brasil. In ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). Ética e Responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

Outro sistema financeiro é possível!

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO SINAL VAI DISCUTIR, EM BELÉM, COMO OS BANCOS PODEM COLABORAR COM A PRESERVAÇÃO DO PLANETA E DE SEUS RECURSOS

O Sinal arma sua tenda no Fórum Social Mundial 2009, que se realiza de 27 a 1º de fevereiro, em Belém, Pará, para convocar todos a debater a importante conexão entre finanças e meio ambiente. Coerente com a sua história de defesa dos interesses dos funcionários do Banco Central e da sociedade brasileira, o Sindicato quer provocar uma discussão fundamental sobre a necessidade de se buscar o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de compartilhar com a humanidade os bens produzidos pela sociedade. "Nós estaremos no Fórum Social Mundial, para mostrar que é possível um Sistema Financeiro Nacional sustentável, sintonizado com as exigências de manutenção do planeta e de construção de um mundo em que possamos ter acesso aos bens e compartilhar tudo que é produzido pela natureza e pela humanidade" defende David Falcão,

fórum social mundial 2009

Belém | Pará | Brasil



SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

presidente do Sinal-Nacional.

Já o diretor de Estudos Técnicos, Alexandre Wehby, adianta que o seminário organizado pelo Sinal, cujo tema será "Sustentabilidade, o Banco Central e o Sistema Financeiro", vai reunir especialistas em Eco-Finanças do porte de Elvira Cruvinel, Maria de Fátima Tosini, Víctorio Mattarozzi, Roland Widmer, Sergio Albuquerque de Abreu e Lima e João Roberto Lopes Pinto. Eles vão debater a necessidade de um sistema financeiro adequado às necessidades de preservação do meio ambiente e o papel relevante do BC na criação de normas e na

supervisão desse sistema. "Cada participante abordará o assunto sob um aspecto diferente. Nós, do Sinal, daremos a visão geral e instigaremos os outros a imaginar qual deve ser o papel do BC na construção de um mundo sustentável", explica.

Acesso comum aos bens da terra

Inserido no eixo temático "Pelo acesso universal e sustentável dos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e das fontes renováveis de energia", o painel vai procurar abranger

todos os assuntos que estão na ordem do dia dos debates no mundo inteiro. Roland Widmer, da Eco-Finanças, falará sobre a crise e a necessidade de reforma do sistema financeiro, levando-se em conta a sustentabilidade; João Roberto, do Ibase, tratará da transparência e do controle social do BNDES; Victorio Mattarozzi vai discutir como os bancos estão incorporando práticas de sustentabilidade em suas estratégias de negócios; enquanto Elvira Cruvinel e Maria de Fátima Tosini, ambas do Banco Central, abrirão o seminário com uma abordagem geral da sustentabilidade, tratarão do papel do sistema financeiro no desenvolvimento e do possível papel do BC enquanto normatizador e regulador do SFN. Por fim, Sergio Albuquerque de Abreu e Lima, secretário da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional, levará a visão do BC.

É no contexto do fim da era Bush, de mudanças climáticas, de crise econômica, de guerras no Oriente Médio e do emblemático desafio da resistência humana na proteção da Amazônia que centenas de entidades, organizações sociais, ativistas e militantes dos mais diversos países se encontrarão nesse Fórum. O lema geral compartilhado por todos continua sendo a certeza de que um mundo melhor ainda é possível.

Além dos objetivos semelhantes



O Sinal criou bolsa e camiseta para o Fórum de Belém

aos dos Fóruns anteriores, como a luta por um mundo de paz, igualitário e pela construção de um mundo político e econômico mais democrático, essa edição do FSM buscará defender

e proteger a natureza, e não somente a Amazônia. Da mesma forma que esteve presente nas edições de 2002 e 2003, o Sinal participará do encontro de 2009 para compartilhar a experiência única de busca de preservação de todos os ecossistemas, assim como dos povos que vivem dos bens naturais da terra.

Outro modelo de civilização

Para Cândido Grzybowski, diretor do Ibase, que integra o comitê organizador do FSM 2009, o modelo de civilização e desenvolvimento, tendo o comércio e o lucro como principais objetivos, está gerando as guerras e as crises. "Deveríamos usar a capacidade e os recursos que temos para sobreviver, sem precisar matar ou destruir o meio ambiente."

Cândido explica que não há, no Fórum, uma temática predominante, pois as atividades são propostas por pessoas de todo o mundo. Entretanto, devido ao contexto atual e por essa edição acontecer na Amazônia, muitas discussões serão destinadas à temática do meio ambiente, assim como as lutas pela preservação dos territórios indígenas. Para ele, o local escolhido e a conjuntura internacional de crise nunca foram tão propícios para a realização de um Fórum Social Mundial. "É a oportunidade de mostrar o que queremos", afirma. **S**

Balanço Social e Transparência nas Empresas

A criação e o aperfeiçoamento do modelo Ibase de balanço social – a partir de interação, debate e embates com um setor muito diversificado e carregado de poder político e econômico, como é o caso do universo empresarial – e a própria campanha pela transparência nas empresas durante os últimos anos, evidenciaram as possibilidades e os limites para a transformação das práticas corporativas e a implementação de mudanças sociais concretas.

Com objetivo bem definido – transparência e responsabilidade no setor empresarial –, o primeiro passo do Ibase foi sempre o diálogo, visando à ampliação da participação democrática. O diálogo e as possibilidades de interações intersetoriais são e têm sido muito bem-vindas para toda a sociedade, sempre que mantidas a autonomia e a visão crítica de todos os atores envolvidos no longo do processo. Em determinadas situações, o confronto político e de idéias, que pode gerar denúncias e constrangimento público da imagem da empresa (via imprensa nacional e internacional e/ou via processos judiciais e a ação dos ministérios públicos federal e estaduais), torna-se também um bom caminho para barrar algumas formas de violação de direitos por parte das companhias.

Os passos seguintes devem ser escolhidos em função da conjuntura, buscando um processo de melhoria contínua e ampliação constante das exigências e do rigor metodológico. A figura de linguagem que utilizamos para o início do processo de elaboração do modelo Ibase foi o da pequena cunha de metal sendo utilizada para cortar a imensa rocha.

Uma questão a ser respondida é se os investimentos sociais e ambientais realizados são verdadeiramente significativos, representativos e possuem resultados positivos e compatíveis com o poder, o impacto e as responsabilidades que as grandes corporações têm (ou deveriam ter) em relação à sociedade que lhes outorga o direito de operar e produzir, fornece-lhes mão-de-obra e as financia.

Analisando o conjunto de dados apresentados no livro “Ba-

lanço Social: o desafio da transparência” (disponível na íntegra em www.balancosocial.org.br), nossa tendência é responder que ainda não. Pouco mais de uma década depois de iniciado todo esse movimento pela transparência e responsabilidade social nas empresas, ainda existe um longo caminho a ser enfrentado pelas corporações para, concreta e objetivamente, transformar suas práticas internas e externas.

Um bom exemplo dessa necessidade de mudança, que ainda não saiu do discurso – mas já começa a aparecer de alguma maneira nos relatórios e na publicidade das companhias – está relacionada com a diversidade. Os números sobre as mulheres, pessoas com deficiência e população negra, no universo das empresas analisadas, mostra que ainda falta muito para criarmos um ambiente diverso e inclusivo no mundo do trabalho. Outro dado relevante são os escassos investimentos sociais internos: o discurso sobre as pessoas como principal valor de uma empresa não encontra respaldo nos investimentos analisados. E ainda teremos que verificar o que ocorrerá neste cenário de crise global.

Quando observamos as informações sobre os investimentos ambientais das empresas, percebemos uma redução nos valores absolutos do total de investimentos ambientais durante os últimos anos. Comparados com os resultados e as receitas anuais, essa redução torna-se bastante significativa e evidente. Se, além disso, levarmos em conta a grande preocupação e ampliação de informações sobre meio ambiente nos últimos anos (água, florestas e o aquecimento global), essa redução nos mostra um claro antagonismo entre o discurso e a prática.

Os próximos anos, todavia, nos darão pistas se essa tendência continua ou não, e sem dúvida, o futuro nos dará a prova incontestável se as práticas internas e externas das grandes empresas estavam realmente de acordo com a continuidade da vida no planeta ou somente seguiram focadas no lucro de curto prazo auferido a qualquer preço, maquiado por um discurso vazio de

preocupação social e ambiental.

Nosso modelo de balanço é o mais utilizado por empresas que atuam no Brasil e se tornou a principal referência para dar transparência às informações sociais e ambientais na esfera corporativa nacional. A expansão do número de empresas com balanço social nos últimos anos é um dos indicadores da relevância do tema e nos revelou, também, o incremento da prática anual das companhias em publicar e disponibilizar seus dados e suas informações sócio-ambientais por meio desse instrumento.

Há dez anos, verdadeiramente acreditávamos e defendíamos a voluntariedade dos mecanismos da chamada responsabilidade social empresarial e da utilização desta ferramenta. Contudo, uma década depois, estamos convencidos de que a obrigatoriedade dos mecanismos e instrumentos para garantir a transparência sobre as boas e más práticas sociais e ambientais das empresas, entre eles o próprio balanço social, pode assegurar à sociedade informações relevantes para o controle cidadão das empresas.

Governos, legisladores e bancos públicos e de desenvolvimento devem estar atentos a essas regulamentações e possibilidades de tornar as práticas de responsabilidade social e ambiental – bem como a publicação anual de balanço social – como itens obrigatórios para compras, concorrências e concessões de créditos por parte dos agentes de desenvolvimento nacional.

Outra questão que se apresenta para as empresas é assumir seu papel de impulsionadoras da responsabilidade social em toda a cadeia produtiva, principalmente das grandes empresas em relação às menores. Tomar para si a responsabilidade sobre seus fornecedores e ajudá-los no caminho da ética torna-se um diferencial para aquelas que entendem que a responsabilidade vai além de ações sociais privadas. Desde a matéria-prima até o produto final, todos os envolvidos devem estar comprometidos com um processo que vise à qualidade de vida e à sustentabilidade do nosso planeta.

Tradicionalmente, o discurso sobre as boas práticas cor-

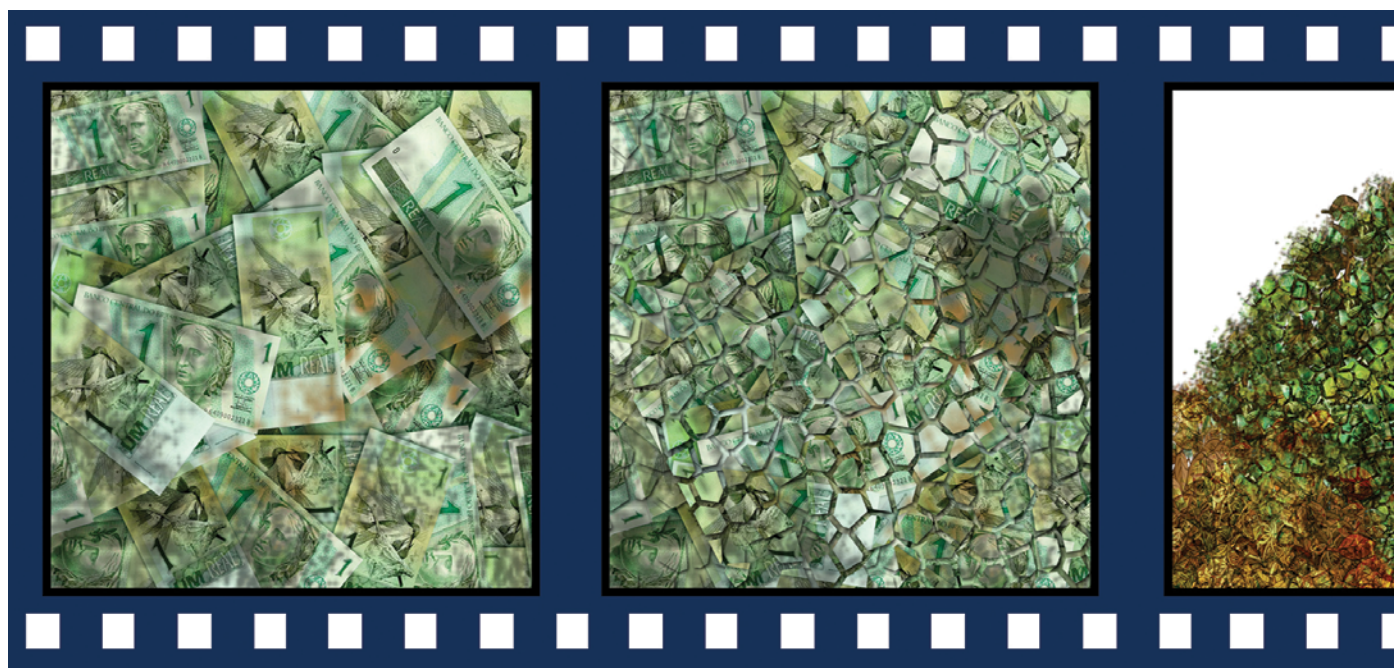
porativas relaciona a responsabilidade social e ambiental ao diálogo e a preocupação com todos os públicos interessados, beneficiados e atingidos pelas empresas. Contudo, na maioria das vezes, as organizações e movimentos sociais não fazem parte das discussões e não conhecem ou utilizam os instrumentos e ferramentas que potencializam a verificação, implementação e o monitoramento das práticas sociais e ambientais das empresas, como é o caso do balanço social. Pessoas reais, ou seja, a maioria de nós como cidadãos e cidadãs comuns no ato do consumo, do investimento ou do trabalho, não consegue, ainda, relacionar nossas próprias ações (coletivas ou individuais) com os impactos sociais e ambientais das nossas decisões e escolhas. A sensibilização desses públicos é um desafio a ser enfrentado para que o debate avance e mudanças ocorram.

Além disso, muitas empresas ainda mantêm distantes do seu negócio principal e das decisões estratégicas o balizamento dado pela responsabilidade social e ambiental, muitas vezes restritas às ações sociais privadas. Assim sendo, vale o alerta de que ferramentas como o balanço social são apenas um ponto de partida e uma pequena fotografia daquele momento de chegada, que varia ano a ano.

Porém, o cerne da questão ainda é a mudança nas práticas internas e externas, visando à implementação e garantia de direitos no caminho da construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Assim, além do Estado, as empresas também podem fazer muito se mudarem a maneira de fazer negócios. Ainda existe um longo caminho a ser trilhado na busca de soluções para os problemas sociais e ambientais enfrentados e causados por algumas grandes empresas. Nesse sentido, a transparência e, principalmente, a necessidade de construção de um novo modelo de produção e consumo, continuam mais atuais do que nunca. 

*Mestre em ciência política, professor da PUC-Rio e coordenador de ética e responsabilidade social do Ibase – ciro@ibase.br

Idéia na cabeça e dinheiro velho como adubo



O Banco Central e a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) vão divulgar, no Fórum Social Mundial, o projeto de utilização de cédulas de real na produção de adubo orgânico, por meio de um filme de 20 minutos, que vai contar a história da parceria bem-sucedida entre o mercado financeiro e a universidade em defesa do meio ambiente. A produção em escala industrial desse processo está prevista ainda para este ano. O terreno foi cedido pelas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa), e o Banco do Estado do Pará (Banpará) já liberou uma linha de crédito para o início da produção do adubo orgânico.

O projeto de reciclagem do papel-

moeda retirado de circulação, que já foi objeto de reportagem da revista **Por Sinal**, edição 24, sob o título "Dinheiro velho alimenta a natureza", foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, que assinou convênio para a sua implantação, e aguarda apenas o sinal verde do Departamento Jurídico do BC para o início da transformação de 11 toneladas de papel-moeda em 17 toneladas de compostos orgânicos, mensalmente, só em Belém.

A mistura de resíduos do dinheiro retirado de circulação com os de flores, frutas, folhagens, árvores, chuchu e casca de banana vira adubo de ótima qualidade em 45 dias. Inicialmente, o adubo produzido a partir de dinheiro

velho será distribuído aos pequenos produtores rurais do cinturão verde do entorno de Belém. Mas, segundo o presidente do Sinal-Belém, José Flávio Silva Corrêa, o procedimento pode ser adotado em todas as dez regionais do Banco Central no país. O custo inicial da produção do adubo orgânico é de apenas R\$ 100 mil.

Na mistura do adubo, apenas 10% são cédulas. O restante é composto de sobras de hortifruti e de galhos, além de nitrogênio e hidrogênio. Os legumes e hortaliças utilizados na produção do adubo são recolhidos nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará, que atualmente manda para o lixo cerca de 30 toneladas de restos de alimentos.

*PARCERIA EXITOSA DO BANCO COM A UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA PARA
RECICLAR PAPEL-MOEDA RETIRADO DE CIRCULAÇÃO VAI SER MOSTRADA EM
FILME NO FÓRUM SOCIAL*



Roteiro: A terra se reinventa para sobreviver

1 A cada mês, cerca de 11 toneladas de cédulas de real são recolhidas pelo Banco Central do Brasil, no Estado do Pará. Dinheiro inutilizado pelos mais diferentes motivos. Atualmente, esse montante é picotado e despejado no único lixão a céu aberto de Belém, o Aterro Sanitário do Aurá.

2 Uma parceria inédita entre o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central em Belém (Sinal-Be-lém), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), o Banco do Estado do Pará (Banpará) e as Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa) pretende evitar qualquer dano futuro ao meio ambiente causado por esse material.

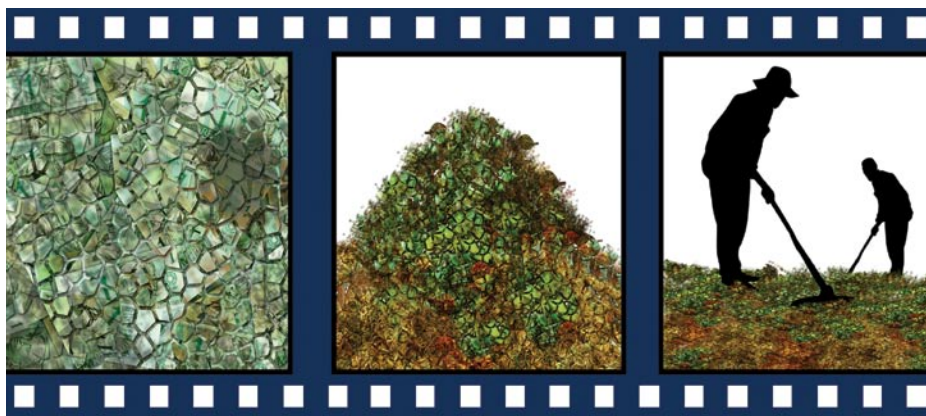
3 Há quatro anos, experimentos científicos vêm mostrando que o dinheiro inutilizado pode ser reaproveitado

com eficácia num processo pioneiro de produção de adubo orgânico.

4 Durante os quatro anos de experiências, descobriu-se que as cédulas trituradas sofrem decomposição e, por conta disso, liberam substâncias húmicas e elementos químicos, como os chamados metais pesados.

5 A intenção é transformar 11 toneladas de papel-moeda em 17 toneladas de compostos orgânicos, por mês. Material que terá uma produção ecologicamente correta e uma utilização de grande caráter social.

6 O projeto vai reduzir os custos da agricultura familiar, atualmente praticada por várias famílias no chamado "cinturão verde" do entorno de Belém.



A mistura de resíduos do dinheiro retirado de circulação com os de flores, frutas, folhagens, árvores, chuchu e casca de banana vira adubo de ótima qualidade em 45 dias.

7 Os pequenos produtores serão os mais beneficiados com o projeto porque, hoje, o adubo é o seu maior custo.

8 O presidente do Sinal-Belém, José Flávio Silva Correa, e o agrônomo Carlos Augusto Cordeiro da Costa mostram como surgiu o projeto e o pioneirismo dele em todo o mundo.

9 Depois de picotado, o papel-moeda é inserido numa leira, que recebe ainda outros materiais orgânicos, entre eles, restos de hortaliças e legumes.

10 O agrônomo mostra cada uma das matérias-primas que compõem a leira, exibindo experimentos com 10% e 20% de cédulas.

11 Os legumes e hortaliças utilizados na produção do adubo são recolhidos nas Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa), que atualmente mandam para o lixo cerca de 30 toneladas de restos de alimentos.

12 O adubo produzido com cédulas de real leva de 60 a 90 dias para ficar pronto. E essa condição é determinada pelo “grau de humificação” do produto, que também indica o seu estado de decomposição.

13 Quanto mais decomposto, mais rico é o material orgânico. E quanto maior for a concentração do ácido húmico, maior será o grau de decomposição da matéria.

14 A extração das substâncias húmicas desse material mostrou que o composto orgânico produzido com cédulas descartadas nada deixa a desejar aos produtos já encontrados no mercado.

15 As leiras são montadas a céu aberto. No filme, é possível ver o material já exposto ao tempo por 15 dias e observar como as cédulas descartadas de real já começam a se incorporar às demais substâncias orgânicas do composto.

16 As leiras precisam ser reviradas a cada três dias, para que o oxigênio também circule na parte inferior da mistura. Isso ajuda no processo de decomposição da matéria.

17 O resultado prático da experiência pode ser verificado aqui. Em apenas sete dias, essas plantas alcançaram tamanhos de 31 e 35 centímetros, para leiras com uso de 10% e 20% de cédulas de real em sua composição, respectivamente.

18 A produção em escala industrial desse processo está prevista ainda para 2009. O terreno foi cedido pela Ceasa, e o Banpará já liberou uma linha de crédito para esse fim. É uma iniciativa inteligente e necessária para tempos em que o meio ambiente busca, desesperadamente, formas de se reinventar e subsistir. **S**

Centrus reduz gastos e poupa R\$ 6 milhões

Muito antes da crise no mercado financeiro se instalar no mundo, com reflexos no Brasil, a Centrus vinha executando um programa de redução de despesas orçamentárias que poupará, em valores reais, cerca de R\$ 6 milhões até o final deste ano.

Essa expressiva economia – que representa mais de 10% dos dois últimos orçamentos anuais da Fundação – vem sendo feita em várias frentes: renegociação de valor de contratos de prestadores de serviço, diminuição ou eliminação de custos operacionais, utilização dos recursos humanos para a produção de sistemas de informática em vez de contratar empresas especializadas e aumento da produtividade dos funcionários, entre outras.

A título de exemplo, os gastos orçamentários em 2008 foram R\$ 1,9 milhão inferiores aos realizados em 2007. Para este ano, a projeção é de gastos ainda menores, com a redução de cerca de R\$ 2 milhões (valor nominal). O valor, em termos reais, é bem maior.

A decisão de fazer economias significativas, mantendo a qualidade dos serviços e a eficiência da Fundação, foi meta estabelecida pela Diretoria-Executiva logo após a posse, em agosto de 2006. “Nossa tese sempre foi a de que temos a obrigação de prestar o melhor atendimento possível aos nossos participantes e, simultaneamente, o dever de otimizar a utilização dos recursos da Centrus. E esse objetivo vem sendo alcançado”, disse o diretor-presidente Helio Brasileiro. “Estamos gastando menos e poupando recursos”, confirma o diretor de Controle, Logística e Informação, Eduardo Rocha.

Um exemplo foi o convênio firmado com o Banco Central que permitirá a instalação do “sítio de contingência” no prédio do patrocinador, gerando uma economia entre R\$ 500 mil e 600 mil ao ano, valor que seria pago a empresas especializadas nesse tipo de aluguel de espaço. O “sítio de contingência” é um complexo de computadores que funcionam em paralelo com as máquinas da Fundação e permite o cumprimento dos compromissos (pagamento de benefícios, salários e fornecedores, por exemplo) mesmo que aconteça um acidente muito grave no edifício-sede da Centrus.

Também se obteve importante ganho na custódia

dos títulos de renda fixa e dos valores mobiliários pertencentes à Fundação, item no qual, como consequência do esforço conjunto das Diretorias de Aplicações e de Controle, Logística e Informação, conseguiu-se um preço mais baixo no mercado, com economia de R\$ 500 mil ao ano.

Critério – A redução orçamentária está sendo feita com muito critério para manter e até aumentar a qualidade dos serviços prestados à Centrus. “O nosso desafio era economizar sem perder o nível dos serviços adquiridos. E isso foi conseguido”, avalia o diretor Eduardo Rocha.

Em alguns itens, não chegou a haver economia de recursos, mas ocorreu a racionalização do serviço. Um desses exemplos foi a iluminação interna da sede da Centrus, que teve duplicado o número de lâmpadas, em atendimento a exigências legais, melhorando a luminosidade para o exercício das atividades dos funcionários, sem que houvesse crescimento significativo na conta de energia elétrica.

Sistemas - Na mesma direção, a Centrus deu prioridade à utilização da mão-de-obra altamente especializada da Gerência de Informática (Geinf) para a criação de softwares específicos para as atividades da Fundação e, com isso, reduzir despesas com a aquisição desses programas. O Sistema de Empréstimos e Financiamentos foi modificado. O programa relacionado aos financiamentos está, agora, sendo refeito.

As aplicações da Centrus no mercado financeiro passaram a ser geridas por sistemas adquiridos a preços bastante razoáveis e que não exigiam muita customização (adaptação ao usuário). O gerenciamento de renda fixa foi implantado em 2008 e o de renda variável entrará em operação nas próximas semanas.

A Geinf concluiu o aperfeiçoamento do Sistema de Contas a Pagar, bem como do Sistema de Gerenciamento de Processos – Geproc, o que permitirá trazer para a sede os documentos cuja guarda é terceirizada, resultando em redução de gastos. O Geproc cadastra e possibilita localizar rapidamente todo e qualquer documento da Fundação. Anteriormente, nem sempre era fácil achar esses papéis, mesmo para simples consulta.

No Brasil, segundo a OIT, cerca de 1 milhão de pessoas já trabalham nos chamados empregos verdes

A nova revolução trabalhista



PAULO VASCONCELLOS

Pode ser a nova revolução trabalhista no mundo. Se todas as projeções estiverem certas, o emprego verde – definição dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) às atividades relacionadas às novas tecnologias ambientais que têm se adaptado às reduções da emissão de CO₂ – será uma poderosa fonte de absorção de mão-de-obra.

De acordo com o relatório “Empregos Verdes: Trabalho Decente em um Mundo Sustentável e com Baixas Emissões de Carbono”, realizado pelo Instituto da Vigilância Mundial (Worldwatch Institute), por encomenda da OIT e com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (Pnuma), da Organização Internacional de Empregadores (OIE) e da Confederação Sindical Internacional (CSI), existem atualmente 2,3 milhões de empregos na área de energias renováveis, mas a expectativa é que sejam 20 milhões até 2030.

Apenas na agricultura podem surgir nada menos de 12 milhões de novos postos de trabalho a partir da produção de biomassa. E espera-se que o

mercado global de serviços e produtos ecologicamente corretos suba dos atuais US\$ 1,37 bilhão (cerca de R\$ 3 bilhões) para US\$ 2,74 bilhões (cerca de R\$ 6 bilhões) até 2020.

No Brasil, aproximadamente um milhão de pessoas trabalham em empregos verdes, na avaliação da OIT. A reciclagem é o setor que abriga a maior parte dos postos de trabalho. São 500 mil pessoas vivendo do lixo produzido nas grandes cidades. Quase nada comparado à China, quem tem 10 milhões de trabalhadores na gestão de dejetos.

Nos Estados Unidos, foram contratados, apenas em 2005, 5 milhões de trabalhadores – número dez vezes maior do que o da indústria farmacêutica – para vagas abertas em atividades ligadas ao meio ambiente. As tecnologias limpas constituem o terceiro setor do país que capta mais capital de risco, atrás apenas dos setores de informação e de biotecnologia.

Na Alemanha, a tecnologia ambiental será quadruplicada até alcançar 16% da produção industrial em 2030, e o emprego neste setor deverá superar o da indústria automobilística e de máquinas. Na China, o capital de risco verde duplicou até alcançar 195 do total dos investimentos realizados nos últimos anos.

Boas notícias

“A natureza mais verde do emprego vai depender apenas da crescente reorientação da atividade humana, em escala planetária, em favor de produtos e meios de produção menos agressivos ao meio ambiente”, defende o embaixador Jorio Dauster, presidente

do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, maior produtora de biodiesel do país. Para ele, a questão crucial no mundo é a melhoria das condições de vida de seus bilhões de habitantes – e, em última análise, sua própria sobrevivência diante de fenômenos de degradação ambiental cujo potencial destrutivo decorre, em grande medida, do vício no consumo de combustíveis fósseis. “O imperativo histórico com que nos defrontamos é a substituição desses combustíveis finitos e poluentes por fontes de energia renováveis e menos agressivas ao meio ambiente. À medida que a humanidade avançar nessa direção, os empregos, novos e velhos, ganharão uma outra qualidade”, prevê Dauster.

Os dados apontados pelo estudo da OIT são animadores. O emprego em energias alternativas poderia crescer até 2,1 milhões na eólica e 6,3 milhões na solar. Em um país como a Venezuela, uma mistura de etanol de 10% nos combustíveis poderá gerar um milhão de empregos na indústria da cana-de-açúcar até 2012. A expectativa é que o setor de reciclagem cresça ainda mais rapidamente em muitos países, por causa do aumento dos preços das matérias-primas (commodities). O impacto da crise financeira mundial – avaliam alguns especialistas – poderia ser parcialmente reduzido pela reciclagem e pela geração de empregos verdes nesta área.

“A crise é, na verdade, uma oportunidade favorável para as políticas ambientais com a criação de empregos verdes”, defende o conselheiro principal para o Desenvolvimento Sustentável e



Mudança Climática da Organização Internacional do Trabalho, Peter Poschen, que participou do relatório.

“Em crises anteriores, como a de 1929, as ações dos governos para reverter os problemas econômicos acabaram se tornando as obras que alavancaram o desenvolvimento de países como os Estados Unidos”, diz Poschen. “Não é uma questão de consciência ambiental e, sim, de cálculos. A inconsciência energética é um desperdício de recursos. Quando um país investe em economia de energia na construção civil, por exemplo, está apostando numa tecnologia que dará retorno financeiro ao longo dos anos, quando aquele prédio construído deixar de gastar.”

A posição do Brasil

O Brasil, que de acordo com avaliações de organismos internacionais ingressa na crise internacional menos fragilizado do que muita nação rica, talvez precise de apenas alguns ajustes para poder surfar na onda do emprego verde. Líder em algumas áreas, como biocombustíveis e reciclagem, o país ainda dependeria de políticas voltadas para a geração de empregos nas construções econômicas ou na preservação da Amazônia.

Pela avaliação do conselheiro da OIT, a energia economizada pelo Brasil com a reciclagem de alumínio seria suficiente para sustentar uma cidade de um milhão de habitantes durante um ano. Mas o investimento em lavouras de cana-de-açúcar e em hidrelétricas não teria tanto potencial na geração de empregos verdes. “As hidrelétricas geram

muitos empregos enquanto estão sendo construídas, mas depois não precisam de muita gente na manutenção. E a cana-de-açúcar tem mecanizado cada vez mais o corte”, observa Poschen.

“O Brasil, sem falsos ufanismos, já se destaca por ter a matriz energética mais limpa entre todos os grandes países”, diz Jorio Dauster. “Não há a menor dúvida de que será um modelo de autossustentabilidade para o mundo, em especial quando resolvermos os terríveis problemas do desmatamento inconsequente da Amazônia e das queimadas.”

“O chamado emprego verde, sem dúvida, poderá constituir-se num substantivo fator de inclusão de milhares de brasileiros nos benefícios da economia, por meio da dignidade da renda conquistada pelo trabalho”, afirma o vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, João Guilherme Sabino Ometto.

O emprego verde, contudo, não basta para a salvação do mundo ou do Brasil. De acordo com o relatório da OIT, nem todos os empregos com reciclagem podem ser considerados “verdes”, porque alguns causam muita poluição. As indústrias de papel, celulose, cimento, ferro, aço e alumínio são as maiores vilãs ambientais, de acordo com o estudo, porque consomem muita matéria-prima e energia.

Outro problema: não há garantias de que os empregos verdes surjam em “transações justas”. Salários baixos e sobrecarga de trabalho podem transformar aquilo que deveria ser um bem para a humanidade em mais um problema social. “É preciso que haja diálogo social entre governos e empre-

sários para se criar trabalho decente, que diminua a pobreza e promova o desenvolvimento econômico e social”, preconiza o relatório da OIT.

As áreas que despertam preocupação são a agricultura e a reciclagem, em que é necessário modificar com rapidez situações de baixos salários, insegurança nos contratos de trabalho e exposição a materiais perigosos.

O relatório diz ainda que os empregos verdes absorvem apenas timidamente os mais pobres – cerca de 1,3 bilhão de trabalhadores (43% da força de trabalho mundial) com rendimentos tão baixos que nem eles, nem suas famílias conseguem superar os limites da pobreza de US\$ 2 por dia. Também não beneficiariam os cerca de 500 milhões de jovens que vão ingressar no mercado de trabalho na próxima década. O relatório faz um apelo para que sejam criadas condições a fim de que se produza uma “transição justa” para os que forem afetados pela mudança em direção a uma economia verde e para aqueles que devem adaptar-se às mudanças climáticas, facilitando o acesso a oportunidades de emprego e de atividades econômicas alternativas para empresas e trabalhadores. **S**





INTEGRAR e crescer, FAZENDO acontecer!



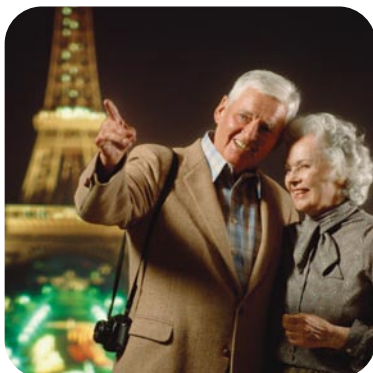
Seguro de Vida em Grupo e Vida Master

Solidez, segurança, garantia e confiança.
Melhor custo-benefício do mercado.
Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



Consórcio Fenاسبac

100% seguro, menor custo, sem taxa de adesão.
Atende frequentadores-contribuintes e conveniados.



PGAFI

Quando o assunto é dinheiro:
Programa Geral de Assistência Financeira.
Conheça os novos prazos e limites.
Exclusivo para associados.



10 filiadas e 11 sedes recreativas

com colônias de férias em Comary - Teresópolis (RJ),
Aruanã (margens do Rio Araguaia - GO)
e clube-hotel em Fortaleza
(Praia do Futuro - CE)



O novo “Cumpra-se” para as leis ambientais

Quando era deputado no Rio de Janeiro, o ministro Carlos Minc descobriu que um dos grandes problemas do país não era a falta de leis, mas elas serem cumpridas. Por isso, criou a vitoriosa campanha do “Cumpra-se”, que entre outras conquistas acabou com o chumbo na gasolina, o jato de areia dos estaleiros e o mercúrio na produção do cloro e da soda.

Há sete meses como ministro de Meio Ambiente, Carlos Minc está no centro do furacão, trabalhando em várias frentes para deter o desmatamento da nossa principal floresta. Bom de briga, já criou um novo “Cumpra-se” para as leis ambientais, assinado pelo presidente Lula em julho do ano passado, que permite ao governo leiloar a soja, o boi e a madeira piratas. Ao mesmo tempo, articulou-se com algumas associações de exportadores a fim de garantir a venda de produtos certificados. Confira nesta entrevista à Por Sinal, o que pensa o ministro sobre os principais problemas ambientais que afetam o nosso planeta, e em especial, o Brasil.

■ Algumas instituições financeiras vêm adotando, voluntariamente, políticas de concessão de crédito que levam em conta a sustentabilidade e os Princípios do Equador. O Estado, por meio do poder normativo e de supervisão do Banco Central, não deveria atuar no sentido de ampliar o alcance e de tornar compulsórias tais políticas? A vedação ao financiamento de projetos não-sustentáveis não está para a preservação do meio ambiente como a prevenção à lavagem de dinheiro está para o combate ao crime?

No dia 1º de agosto de 2008, nós assinamos com o presidente Lula, e também com os presidentes de seis bancos públicos – BNDES, BC, BB, Caixa Econômica, Basa e Banco do Nordeste – o protocolo socioambiental dos bancos públicos. Ou seja, os bancos públicos se comprometem a não financiar empreendimentos sem sustentabilidade social e ambiental e, também, a dar melhores condições para as

tecnologias mais limpas, comprovadamente menos impactantes nos rios, no meio ambiente, emitindo menos carbono e protegendo o pulmão dos trabalhadores, por exemplo.

Agora em março, devemos assinar um protocolo semelhante com a Febraban, a federação dos bancos privados. Depois disso, vamos cuidar do monitoramento e criar uma comissão de acompanhamento para ver como esse protocolo está sendo cumprido, quais os procedimentos e rotinas adotados. Também, vamos pedir aos bancos, com base nesses procedimentos e rotinas, que nos informem quais foram os empreendimentos aceitos e recusados. Isso para nós é muito importante. O próximo passo é levar para o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) uma norma criando regras, sobretudo para os bancos públicos, mas também para o sistema bancário em geral, em relação a obrigações ligadas ao meio ambiente e à área social e a vedações. Ficaria então uma norma nacional.



■ Qual a sua expectativa em relação à política ambiental dos EUA na gestão de Barack Obama?

A minha expectativa é moderadamente otimista. Pior que o Bush, impossível! Ele não só não assinou o Protocolo de Kioto, como também afrouxou leis ambientais e quis avançar com prospecção de petróleo no Alasca, prisioneiro do lobby do petróleo e do carvão. Obama montou uma boa equipe nas áreas de meio ambiente, clima e ciência e tecnologia. Ele chamou cientistas renomados, pessoas reconhecidas pela comunidade acadêmica e científica. Então, há uma certa esperança.

As primeiras informações da sua equipe sobre metas de reduções das emissões de CO₂, porém, dão conta de que são metas ainda mais frouxas do que as do Protocolo de Kioto. E, na verdade, o mundo já está partindo para metas muito mais ousadas! Mas na questão do biocombustível, parece que ele realmente tem uma política mais aberta. E isso representa um mercado importante para o Brasil, tanto para o etanol quanto para o biodiesel. Essa é uma boa notícia.

■ O Protocolo de Kioto nem chegou a ser plenamente aplicado e já se fala em outro acordo ambiental. Em que bases ele poderá ser fechado?

Isso é certo, mesmo. O Protocolo de Kioto tinha metas para o período 2008-2012. Os Estados Unidos não assinaram -- imagina, o maior emissor --, e mesmo vários dos países que assinaram não vão cumprir essas metas. Por isso, no fim do ano, vamos assinar, em Copenhague, com todos os países do mundo, o Acordo pós-Kioto. E esse acordo é o que nós começamos a costurar em Poznań, na Polônia, onde fui representando o Brasil. Pela primeira vez, o Brasil apresentou um plano, com metas, que foi muito bem recebido, aplaudido pelo Al Gore e pelo secretário-geral da ONU. Saímos de uma posição muito criticada para uma posição de maior protagonismo. Mas voltando para o que pode ser fechado nesse novo acordo: a Europa já se comprometeu com reduções significativas, de 20% a 30 %, até 2020, e até

50%, e alguns países até 60%, 70% e 80%, em 2050. Os países mais ousados são a Inglaterra e a Alemanha.

A nossa expectativa é que os países em desenvolvimento também tenham compromissos, é claro, diferenciados, muito menos significativos do que os dos países ricos, que são os grandes emissores e que, historicamente, têm maior responsabilidade. Esses países também exigem, como contrapartida, a transferência de recursos e a transferência tecnológica.

Então, o acordo pode ser fechado se tiver uma fonte firme, reconhecida e permanente de financiamento dos países em desenvolvimento. Os desenvolvidos já estão dizendo que não adianta só eles assinarem compromissos, que hoje em dia a China já está empatada com os EUA em matéria



“O Brasil mudou de posição e o Ministério do Meio Ambiente teve um papel. O Lula assinou, no dia 1º de dezembro, o primeiro plano brasileiro de mudanças climáticas, e que tem metas. E metas ousadas.”

de emissão, e daqui a seis meses já vai ser o maior emissor. Realmente, não tem sentido os países em desenvolvimento ficarem fora. Eles têm de ter metas diferenciadas.

■ O Brasil, e a maioria dos países em desenvolvimento, tem resistido a assumir compromissos em relação à emissão de poluentes, alegando que cabe aos países de primeiro mundo, que já devastaram bastante o meio ambiente, o maior ônus. É possível chegar a algum acordo na área, sem que os BRICs também assumam compromissos?

O Brasil mudou de posição e o Ministério do Meio Ambiente teve um papel. O Lula assinou, no dia 1º de dezembro, o primeiro plano brasileiro de mudanças climáticas,

e que tem metas. E metas ousadas. Por exemplo, metas de aumento do etanol na matriz de combustível, de 10% ao ano, garantindo que essa expansão do etanol não vai entrar em uma área de produção de alimentos, nem em áreas protegidas, sobretudo Amazônia e Pantanal. E que as novas áreas de cana vão ser sem queimadas e sem lançamento de vinhoto nos rios. Outras metas dizem respeito à redução do desmatamento na Amazônia. A gente quer diminuir 70% do desmatamento até 2017, tendo por base a média da década de 1996 a 2005. Só isso vai representar uma diminuição de emissões da ordem de 4,6 bilhões de toneladas de carvão, o que é mais do que o esforço conjunto de todos os países desenvolvidos que assinaram o Protocolo de Kioto.

Portanto, o Brasil realmente mudou de posição e nós estamos discutindo com os BRICS e, também, com o bloco dos 77 do qual o país faz parte, para influenciá-los. Não vamos ter posições autônomas, isoladas. Esse é um trabalho do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Itamaraty, para que esses países também avancem nas suas posições. A China tem avançado e a África do Sul, nosso maior parceiro, é o país com o qual o Brasil tem atualmente a maior identidade. E negociar de forma dura, naturalmente, as contrapartidas e compromissos dos países ricos. A gente quer que eles tenham compromissos já para 2020, e não só para 2050, que será muito tarde.

■ Se as candidaturas de José Serra e Dilma Rousseff se confirmarem para 2010, o principal debate não será entre concepções neoliberais e desenvolvimentistas, e sim sobre o modelo de desenvolvimento que o país precisa. Na sua concepção, quais seriam os principais eixos de um projeto nacional de desenvolvimento que a candidata Dilma deveria defender?

Um projeto de desenvolvimento da candidata Dilma vai ser também uma continuidade do projeto Lula, incorporando outras questões. Eu acho que a questão da tecnologia pode ser mais incorporada, a questão ambiental também, e a questão da rede de sustentação de apoio social deve ser aperfeiçoada. Vejo como eixo principal o desenvolvimento sustentável – o combate às desigualdades regionais e sociais, o desenvolvimento com integração regional e com integração nas bacias hidrográficas. Na Amazônia, queremos

um desenvolvimento com base numa tecnologia não-predatória, de transformação dos produtos da floresta, fármacos e cosméticos. Isso hoje não existe, e nós precisamos ter alternativas, senão não se combate o desmatamento.

Estamos apostando muito no Nordeste, até porque se houver alteração do clima, a Caatinga e o Semi-Árido serão as regiões mais atingidas. E nós temos que reforçar a economia regional, com uma agricultura irrigada, com um programa de economia de água, com programas de reflorestamento das margens dos rios e com indústrias que utilizam tecnologias limpas, intensivas em mão-de-obra, impedindo uma segunda leva de êxodo rural. Acho que uma das metas desse desenvolvimento deve ser uma rede de cidades mais equilibradas. Hoje, você tem grandes metrópoles que crescem muito, e as cidades médias têm de ser mais reforçadas. E isso implica programas de infraestrutura, em construção de escolas técnicas no interior, em desenvolvimento regional. O inchamento das metrópoles provoca o aumento da poluição, da violência, da favelização. E nós ainda não conseguimos contrariar essa tendência de inchamento das metrópoles. Em suma, vejo uma continuidade do governo Lula, mas com aperfeiçoamentos significativos.

■ Na discussão sobre a reforma tributária, uma das questões levantadas pelos ambientalistas diz respeito ao princípio do poluidor pagador e do não-poluidor recebedor. Parece que há resistências no Ministério da Fazenda e em outros setores do governo. Qual a sua opinião sobre isso?

Eu sou favorável a esse princípio. Tenho conversado com o Ministério da Fazenda e eles toparam coisas interessantes e que vão sair na atualização do plano de mudanças climáticas que vamos fazer no início de 2010. Por exemplo, em relação ao IPI dos carros. Você pode, sem aumentar ou diminuir o imposto, para a mesma classe de veículos, estabelecer que os que consomem mais combustível e emitem mais devem pagar um pouquinho a mais, 10% ou 15%; e os veículos que consomem menos e emitem menos terem um abatimento também da ordem de 10% a 15%. De tal maneira que a massa tributária, a massa da arrecadação, fique igual. Você penaliza a tecnologia mais poluidora e incentiva a menos.

Há também a questão da restrição de crédito. Já conversamos sobre isso na resposta dos bancos públicos. A Fazenda aceita isso, aceita vedar, por exemplo, ajudas a setores que estão poluindo e emitindo. É claro que sem desconsiderar as questões sociais também envolvidas. No caso de políticas de crédito, a Fazenda ficou do nosso lado quando aprovamos a portaria do Banco Central, ainda no tempo da ministra Marina, que impedia os bancos privados de darem crédito, na Amazônia, para os empreendimentos e propriedades que não tivessem com a regularização fundiária e ambiental. Foi um mecanismo muito importante para a diminuição do desmatamento na Amazônia. Nós fomos muito pressionados por vários governadores da Amazônia, por vários parlamentares, mas não cedemos. A medida, de fevereiro de 2007, entrou em vigor no dia 1º de julho, e julho foi o mês em que nós mais baixamos o desmatamento. Agora queremos estender esse princípio para outros setores da economia, por exemplo, para a nossa política de taxação dos recursos hídricos. As empresas que jogam mais efluentes, mesmo dentro da lei, mesmo dentro da chamada poluição legal, vão pagar taxas maiores de recursos hídricos, que servirão para o saneamento das bacias hidrográficas.

■ **Como o senhor vê o contraditório entre Desenvolvimento e Meio Ambiente, tendo em vista que uma de suas missões é agilizar as licenças ambientais para obras públicas?**

Não vejo grande contradição. Quando era secretário de Meio Ambiente do governo do Rio, fizemos o destrave da Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), eliminando várias etapas inúteis, diminuindo o tempo de etapas menos importantes e concentrando o licenciamento nas questões estratégicas. Conseguimos diminuir metade do tempo da licença e aumentar o rigor. Você pode ser mais ágil e mais rigoroso. Um exemplo para ilustrar foi a licença do Complexo Petroquímico da Petrobras (Comperj), em Itaboraí. A maior licença ambiental do país. Foram R\$ 18 bilhões, 50 licenças, centenas de milhares de empregos diretos e indiretos. E fizemos um licenciamento muito firme, muito criterioso. Não vai ter uma gota de efluentes industriais na Baía de Guanabara. O critério de emissão atmosférica foi duas vezes mais rigoroso do que o do Conama, quer dizer, que o padrão nacional. Só um dos 40 equipamentos que exigimos para a Petrobras, que

é um abatedor de NOx, diminui 90% das emissões de óxido de nitrogênio. O equipamento vai custar US\$ 200 milhões e a Petrobras topou. A empresa estava imaginando que a licença ia sair em um ano e meio, e ela saiu em seis meses. Fizemos cinco audiências públicas, cada uma com mais de mil pessoas. Nenhum grupo ambientalista contestou, o Ministério Público também não contestou, foi uma licença padrão.

Aqui no Ministério, fizemos exatamente a mesma coisa. Junto com o Ibama, fizemos o destrave do órgão. Até porque demorar dois ou três anos para dar uma licença não é garantia nenhuma de que ela será uma ótima licença. Você pode enrolar vários anos e acabar dando uma licença frouxa, que não defende bem a água do rio, o ar, o pulmão do trabalhador. Ou dar uma licença mais ágil e mais rigorosa, e é isso que temos feito. E quando é não, é não! No Rio de Janeiro, por exemplo, nós dissemos não para uma grande térmica a carvão em Itaguaí, de R\$ 1 bilhão. No primeiro momento, o governador Sérgio Cabral, que é um importante aliado do meio ambiente, ficou surpreso porque a gente disse não peremptoriamente a um investimento de R\$ 1 bilhão. Expliquei ao governador que a bacia na área de Itaguaí estava saturada, havia outras empresas, a CSN, a CSA, tinha toda aquela barreira da Mata Atlântica, da Serra do Mar, e avisei que a região ia virar um novo Cubatão. Demos várias outras licenças, mas essa foi não, e o governador concordou. No âmbito federal, é a mesma coisa. Esta será a nossa posição: mais agilidade com mais rigor.

■ **O Brasil tem um grande número de leis e normas complexas para regular ações de impacto ambiental, e os órgãos ambientais são os principais propositores destas. Regulamentar é, portanto, uma política pública e, com certeza, uma ação importante para a proteção do meio ambiente. Entretanto, quantidade não quer dizer qualidade: diz-se que o Brasil tem leis de primeiro mundo e resultados de terceiro. O que é possível fazer para enfrentar essa questão?**

Muitas leis não são cumpridas. Por isso, uma das nossas metas é o “Cumpra-se”. Nós fizemos isso no Rio de Janeiro. Quando eu era deputado, descobri que muito mais difícil que fazer a lei, era fazê-la ser cumprida, e aí criei a campanha do “Cumpra-se”, que deu certo. Foram leis importantes, leis ligadas à tecnologia limpa, como a que acabou com o

chumbo na gasolina e foi cumprida, depois de seis anos; a que tirou o jato de areia dos estaleiros navais, que provocava silicose nos pulmões dos operários; e a que obrigou a substituição do mercúrio na produção do cloro e da soda em empresas como a Panamericana e outras.

O presidente Lula assinou, em julho, o decreto de crimes ambientais, de 162 artigos, que é exatamente o “Cumpra-se” das leis ambientais. Um dos pontos importantes desse decreto é a possibilidade, que não existia antes, de você leiloar a soja pirata, o boi pirata, a madeira pirata, para impedir que os delinquentes ambientais se enriqueçam com produtos de crimes ambientais. Agora, uma parte da nossa legislação pode e deve ser simplificada, e uma outra deve ser ainda

“A Amazônia é nossa, nós defendemos a soberania. Há cobiça sim, sem dúvida. Mas, infelizmente, quem mais destrói a Amazônia são os próprios brasileiros, os grandes desmatadores.”



mais rigorosa. Nossos padrões de emissão atmosférica para vários poluentes são mais frouxos que os da Europa.

■ **A proliferação de ONGs de controle estrangeiro, as reservas indígenas sob influência do capital estrangeiro e a biopirataria representam um risco à soberania da Amazônia? A tese da internacionalização possui algum fundamento legal?**

A Amazônia é nossa, nós defendemos a soberania. Há cobiça sim, sem dúvida. Mas, infelizmente, quem mais destrói a Amazônia são os próprios brasileiros, os grandes desmatadores, os madeireiros, a pecuária, a monocultura da soja. Se bem que estamos buscando pactos com setores até do agrogócio. Assinamos com os exportadores de soja, de carne

e de madeira, e eles não vão mais comprar, ou pelo menos se comprometeram a não comprar – vamos ter que monitor agora – mais soja, carne e madeira originados de áreas de desmatamento na Amazônia. Em contrapartida, vamos agilizar o licenciamento e aumentar a oferta de madeira legal.

A tese da internacionalização da Amazônia, muitas vezes, é brandida para justificar crimes ambientais de brasileiros, de grandes empresários que estão na ilegalidade. Fizemos, com os ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e da Defesa, o recadastramento das terras estrangeiras na Amazônia. Apoiamos também o pedido do Ministério da Justiça de recadastramento das ONGs estrangeiras na Amazônia, até para separar o joio do trigo. Há muitas ONGs sérias, como o WWF,

o Greenpeace, os Amigos da Terra, que são parceiros nossos. Muitas vezes, nos criticam, mas isso faz parte do jogo, nós estamos acostumados com isso, a minha vida toda fui de ONGs e também fiz muitas críticas. Isso é normal dentro do quadro democrático. Agora, há muitas ONGs suspeitas, que encobrem a pirataria, e essas serão duramente reprimidas.

■ **As consequências da destruição da Amazônia para o mundo seriam trágicas. Como controlar essa enorme região enfrentando condições físicas e climáticas adversas, falta de estrutura e infraestrutura, corrupção**

e tantos outros problemas?

Esse é o nosso maior desafio. Para resolver o problema do desmatamento da Amazônia, nós temos de atuar simultaneamente em várias direções. Primeiro, é a regularização fundiária. O presidente Lula determinou, e nós vamos completar isso em quatro anos. Hoje, não sabemos quem é o dono da terra que está sendo desmatada. No Pará, por exemplo, cada terra tem cinco proprietários, os cartórios têm cinco andares. Se não regularizarmos, não sabemos quem vai cobrar a marcação da terra legal, quem vamos multar ou quem vai receber crédito para reconstituir áreas degradadas. Esta é uma prioridade. A outra é concluir o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) da Amazônia.

O Ministério do Meio Ambiente tem avançado esse assunto com os governos estaduais: quatro estados já concluíram, três enviaram para suas Assembléias Legislativas. A nossa meta é concluir, até o fim de 2009, todos os ZEEs estaduais e o macrozoneamento da Amazônia. Isso é importante para se ter uma regra clara, o que pode e o que não pode. Vários empresários e agropecuaristas querem uma regra clara.

Uma terceira linha é a pesquisa com as universidades, com a Academia Brasileira de Ciências, com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e com o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia). Você tem de colocar a floresta não como um obstáculo, mas como uma grande oportunidade. E aí entra toda a questão do manejo florestal, de um upgrade no extrativismo. Quer dizer, colocar o extrativismo não na miséria que é hoje, mas num patamar superior, com tecnologia limpa, escolas técnicas voltadas para essa engenharia da floresta. A gente está investindo muito no manejo florestal. As pessoas não sabem bem o que é isso. Por exemplo, numa área de 1.000 ha, você pode, a cada ano, explorar 1/40, ou seja, 2,5%, mas com corte seletivo, deixando as outras espécies no entorno. É como fez a Finlândia. Hoje, o país tem um IDH elevado, com uma economia desenvolvida, o povo está bem alimentado e com ótimas condições de vida. E

é uma economia de base florestal, que exporta móveis para o mundo inteiro com um design maravilhoso. Atualmente, a Finlândia tem a mesma cobertura florestal de cem anos atrás. É claro que você não pode fazer esse manejo nos parques florestais, nas reservas biológicas e nas reservas indígenas. Mas nas “flonas” (florestas nacionais), em partes delas, você pode e deve fazer isso.

Uma outra linha de atuação é a dos pactos que estamos fazendo com a iniciativa privada. O pacto da soja, com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal, da madeira sustentada, com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará, o pacto do minério, com a Vale. O próximo pacto vai ser com os exportadores de carne. Junto com

isso, fizemos o Fundo Amazônia. Vamos captar muitos recursos. Só a Noruega vai entrar com US\$ 1,140 bilhão, este ano; a Alemanha está doando, neste primeiro semestre, 18 milhões de euros, podendo chegar a 300 milhões de euros, em três anos. O dinheiro do Fundo Amazônia está no BNDES, os doadores não têm assento, é um fundo soberano. Só quem têm assento são três componentes: os nove governos da Amazônia são um componente; os seis ministérios são outro; e a sociedade civil – ONGs, SBPC, extrativistas, empresários, o terceiro. Quem preside o fundo nos três primeiros anos é o ministro de Meio Ambiente. Isso vai dar recursos para a recuperação de áreas degradadas, para o manejo florestal, para a tecnologia limpa e para os pagamentos por serviços ambientais.



“Partimos da idéia de que o meio ambiente não é só árvore. É cultura, é informação, é museu, é patrimônio, é memória. Isso atrai mais visitantes, dá mais recursos e impede o isolamento, a estigmatização e a pobreza da área ambiental.”

■ **Uma das melhores formas de educar as pessoas é colocá-las em contato com a natureza. Infelizmente, alguns poucos parques nacionais podem ser visitados com conforto, segurança e sem colocar em risco o meio ambiente. Quando os parques brasileiros terão estrutura para receber os visitantes?**

Em relação às unidades de conservação, minha filosofia como ministro é que a melhor defesa é o bom uso, e não o não-uso. Os parques têm de ser bem frequentados, têm de ter mais turismo, mais ecoturismo. Os parques americanos recebem 190 milhões de visitantes por ano e os nossos recebem apenas 3 milhões e meio – e são muito mais bonitos. Preparamos, com o Ministério do Turismo, e o presidente Lula assinou em Petrópolis, no dia 13 de se-

tembro, o Programa de Turismo nos Parques. Começamos com seis grandes parques nacionais, um em cada região. Numa segunda etapa, vão ser mais dez. A ideia é, a partir disso, criar serviços, acessibilidade, infraestrutura, centro de visitantes, pesquisadores, trilhas demarcadas. Isso serve para proteger mais os parques, para dar mais recursos. Hoje, muito dos parques existem apenas no papel..

Outras unidades de conservação são as reservas extrativistas. Nós verificamos que quando começamos, há sete meses, das 56 unidades, só três tinham planos de manejo completos. Sem planos de manejo, os seringueiros, os castanheiros e os juteiros não conseguiam organizar suas atividades, não conseguiam créditos, não conseguiam a transformação dos seus produtos. Nós encomendamos 44 planos de manejo, uma parte o Instituto Chico Mendes vai fazer, e a outra foi licitada para que seja feita por ONGs e universidades. Aliás, é bom que se diga, nós conseguimos uma coisa importantíssima com o presidente Lula: a garantia de preços mínimos para dez produtos extrativistas. No Brasil, sempre houve preço mínimo para o algodão, para a soja, para a cana-de-açúcar, e nunca houve preço mínimo para a borracha, a castanha, a piaçaba, o pequi, o babaçu. E agora tem. Isso significa que os extrativistas vão reter mais valor e, com isso, vão poder comprar um galpão, um frigorífico, um caminhão, e não vão ficar tão na mão dos atravessadores, conseguindo uma vida mais digna para suas famílias.

As Florestas Nacionais podem oferecer madeira legal através de concessões, manejo, certificação. Do nosso ponto de vista, a melhor maneira de combater a madeira ilegal é aumentar a oferta de madeira legal. As unidades contribuem muito para isso.

Em relação aos parques nacionais, a nossa ideia é que cada parque tenha exposição de curtas ligados ao meio ambiente, festivais de documentários ecológicos, exposições de artes plásticas, seja um point cultural que atraia visitantes. Já lançamos isso no Jardim Botânico, no Rio, e também na Serra dos Órgãos, em Teresópolis, e vamos lançar em outros parques. O Jardim Botânico está com um Museu do Meio Ambiente e o com o Centro Tom Jobim. Partimos da ideia de que o meio ambiente não é só árvore. É cultura, é informação, é museu, é patrimônio, é memória. Isso atri

mais visitantes, dá mais recursos e impede o isolamento e a estigmatização e a pobreza da área ambiental.

■ O MMA tem algum estudo sobre o impacto do aquecimento global no país?

Temos. O Nordeste será a região mais afetada. Com o aumento de 2 a 3 graus na temperatura, o Nordeste poderá perder até 35% a 40% da sua economia regional. Por isso, já estivemos dez vezes na região e lançamos um plano de combate à desertificação. Vamos fazer uma grande conferência em agosto sobre o assunto. Estamos muito articulados com a Associação do Semi-Árido (ASA), uma rede seriíssima de mais de 300 ONGs, universidades e prefeituras. Lançamos uma lei que cria o Fundo Clima – isso deve arrecadar uns R\$ 300 milhões por ano. Setenta por cento desses recursos devem ir para o Nordeste, para adaptação, reflorestamento das encostas dos rios, melhoria dos poços, e várias outras medidas que constam do Plano de Ação do Nordeste contra a Desertificação.

Outras áreas muito afetadas serão as litorâneas. Estamos com estudos de vulnerabilidade dessas áreas, com estudos não só de mitigação, que é minorar o efeito, como também de adaptação, que significa se adaptar para algumas coisas que serão inevitáveis. Vou dar um exemplo: no Rio de Janeiro, já estamos fazendo isso na Baixada Fluminense, no projeto Iguaçu-Sarapuá. São grandes obras, com dinheiro federal e do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e de Desenvolvimento Urbano (Fecam) no, Rio de Janeiro, uns R\$ 220 milhões, para acabar com as inundações na Baixada. Dragagem de rios, reflorestamento das margens, relocação de habitações que estão dentro dos rios, portanto, que poluem os rios. Dei apenas dois exemplos, há outros, de como já estamos atuando na prevenção e adaptação. Um no Semi-Árido, no Nordeste, e outro em uma região litorânea, onde o Rio é apenas um exemplo. Temos agora essa desgraça em Santa Catarina, que teve que ver com dois eventos climáticos extremos, mas também com o desmatamento das encostas, o desmatamento das margens dos rios, a ocupação ilegal das encostas. Precisamos aprender com esse desastre e proteger nossas áreas de APP, que devem ser de proteção permanente. 

Aniversário de 60 anos, sem comemoração

Sessenta anos após a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelos 192 países na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, as guerras, a destruição da terra, a violência, a fome, o abandono, o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais continuam a ser a principal marca de todas as sociedades no mundo inteiro. Segundo relatório da Anistia Internacional, 60 anos não foram suficientes para dar algum tipo de proteção à humanidade, pois as pessoas continuam a ser torturadas ou maltratadas em pelo menos 81 países, submetidas a julgamentos injustos em 54 e a não ter direito a se manifestar livremente. As guerras continuam a fazer vítimas inocentes, como no Iraque, invadido e ocupado



pelos EUA, e na Faixa de Gaza, onde foram mortos recentemente 1.300 palestinos. Irene Khan, secretária-geral da organização, pediu aos líderes mundiais que se desculpem por seis décadas do que a entidade considera

o fracasso na defesa dos direitos humanos. "Injustiça, desigualdade e impunidade são as marcas do nosso mundo hoje. Os governos devem agir agora para acabar com a distância entre promessa e desempenho."

Desafios brasileiros

No Brasil, ao fazer um balanço dos avanços e recuos dos direitos humanos desde a aprovação do documento, o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Paulo Saboya, lembra a violação dos direitos dos presos comuns. Segundo ele, há 328.776 presos encarcerados no Brasil, hoje, dos quais um pouco mais de 134 mil em regime fechado. "Eles são vistos apenas como violadores, e não detentores de direito, daí lhes



serem negados os mais elementares direitos, tais como acesso à educação, à higiene e até a uma habitação digna na cadeia”, argumentou.

Aqui, há outros desafios, como os da desigualdade e da pobreza, que continuam a se contrapor a modernos sistemas produtivos e ao consumo sofisticado. É o que alerta o livro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Brasil: o estado de uma nação. Nele, o diagnóstico mais geral dos nossos crônicos problemas revela um país em que a tecnologia, o crescimento econômico, a violência urbana e a democracia são faces da mesma moeda e de uma difícil equação inconciliável. Porque, apesar de o gasto público brasileiro consumir, na média, 37,5% do Produto Interno Bruto (PIB) – o maior percentual de determinado período analisado –, o gasto com juros da dívida pública abocanhou a fatia de 6,8% dos recursos, enquanto os gastos sociais foram de 4,38% para a educação, 6% para a previdência e 3,3% para a saúde.

Segundo os organizadores do estudo, Angré Gambier Campos, Ricardo Amorim e Ronaldo Coutinho Garcia, os níveis de concentração de renda em nosso país são tão elevados que “tornam qualquer olhar cuidadoso refém

de angústias e anseios em relação ao futuro que se quer para o país. Ao mesmo tempo, tais disparidades sociais, regionais e produtivas terminam por refletir-se em tensões políticas e disputas, que nublam a tradicional imagem de um país pacífico e cordial”. E nada nos convida a pensar em mudanças, pois no que diz respeito ao desempenho da economia a partir da década de 1990, um conjunto de reformas esteve associado a resultados pífios em termos de crescimento – média de 1,60% ao ano, bem inferior aos 2,9% ao ano da chamada “década perdida” de 1980. E o país deveria, pelo menos, pensar em taxas superiores a 5%.

Os autores, porém, são um pouco mais otimistas quando avaliam o segundo mandato do presidente Lula: “Algumas daquelas condições parecem alterar-se favoravelmente, permitindo maior crescimento e retomada dos investimentos no país.” E explicam as razões: “O quadro externo favorável (antes da crise mundial), a manutenção da inflação em baixos níveis, o amplo apoio político ao governo, o crescimento do consumo e a redução dos indicadores de pobreza formam um alvissareiro cenário capaz de recolocar questões até então esquecidas pelo país: como deve ser o

Brasil do futuro? Como será o nosso Brasil nas próximas décadas?”

O Brasil ainda está entre os dez países mais desiguais do mundo numa lista com 126 países e territórios, de acordo com o relatório de 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mas houve uma significativa melhoria no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), por conta do crescimento da taxa de alfabetização. O Brasil também melhorou em outros dois indicadores que compõem o índice: PIB per capita e longevidade. Até 2005, o país era referência de desigualdade. Em 2006, já estava melhor do que a Colômbia, Bolívia, Haiti e seis países da África Subsaariana. Os avanços ainda tiraram o Brasil da penúltima posição no ranking de distribuição de renda da América Latina – no relatório de 2005, só a Guatemala estava em situação pior. O mundo também não é exemplo de igualdade, segundo o mesmo relatório: 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água e 2,6 bilhões desconhecem saneamento. A falta de esgoto mata uma criança a cada 19 segundos. Talvez seja preciso declarar novamente os mesmos princípios da velha senhora humanista, para garantir proteção e direitos aos abandonados da Terra. **S**



ABRAPP

No Brasil, maior distribuição dos riscos

Os efeitos da crise internacional sobre os valores das aposentadorias são algo que faz pensar e, diga-se, essa nem de longe é uma preocupação apenas brasileira. Pelo contrário. Foram muitos, no mundo, nas últimas semanas, especialmente nos Estados Unidos, os relatos de pessoas que perderam partes substanciais de suas reservas e, por conta disso, sentem-se agora obrigadas a adiar a decisão de se aposentar. Não por acaso, portanto, as autoridades norte-americanas foram obrigadas há um mês a desobrigar empresas patrocinadoras de planos e os próprios pension funds de obedecer a regras que as atuais dificuldades econômicas e financeiras tornaram praticamente impossíveis de cumprir. Esse quadro definitivamente não se repete no Brasil.

De fato, ainda que a crise imponha cuidados especiais e efeitos dos quais nem sempre seja possível escapar totalmente, a verdade é que o quadro no Brasil é diferente. E isso em boa parte porque as normas brasileiras, e não apenas o profissionalismo e a competência dos gestores, favorecem a pulverização dos riscos entre um maior número de diferentes ativos. É verdade que a política de distribuir os ovos em várias cestas não impediu que, segundo estimativas, os fundos de pensão tenham chegado ao final do ano passado com uma rentabilidade negativa de 0,75%, contra uma necessidade atuarial de (INPC+6%) 12,9%. Tampouco livrou-os de uma involução de R\$ 20 bilhões em seus patrimônios, considerando que em dezembro de 2007 já haviam chegado aos R\$ 435 bilhões e um ano mais tarde caíram a R\$ 415 bilhões. Mas mesmo esses números, ainda que devam ser lamentados, podem ser recuperados e de forma alguma traçam um paralelo com situações bastante mais complexas vividas nas economias desenvolvidas.

Há muito mais, além da maior distribuição dos riscos, para explicar a sem dúvida bem sucedida trajetória dos fundos de pensão brasileiros. Podem ser citados, sem medo de errar, a excelência na gestão e o uso competente do que há de mais atual em termos de técnicas de controle, além de uma governança evoluída. Especialmente esta última abre o caminho a políticas consertadas em um ambiente que favorece a convergência de talentos e onde há espaço para uma discussão saudável, tudo isso significando que os erros ficam mais difíceis de acontecer e, se ocorrem, podem ser mais facilmente corrigidos.

Foi essa conjunção de aspectos positivos na gestão que permitiu aos fundos de pensão acumular, desde 1995 até o final do ano passado, uma rentabilidade de 1.063%, praticamente o dobro da necessidade atuarial exigida de 543% nesses mesmos 13 anos. Lembrando que nesse período de quase uma década e meia o mundo foi igualmente sacudido por vários momentos de profunda instabilidade: 94 (implantação do Plano Real), 97 (crise na Ásia), 98 (mora-

tória russa), 99 (desvalorização do Real), 2000 (estouro da “bolha da Nasdaq”), 2002 (eleições presidenciais) e 2008. E os fundos brasileiros passaram com louvor por todos esses obstáculos.

Isso é o que importa, porque dizem repetidamente os especialistas que os resultados dos fundos de pensão só podem ser avaliados no longo prazo, uma vez que tradicionalmente o processo de acumulação de reservas se estende por várias décadas.

Mesmo a involução patrimonial, ocorrida no segundo semestre de 2008, não pode ser tida como uma perda irrecuperável, até porque os fundos de pensão, gestores cuidadosos de reservas pertencentes a mais de 6 milhões de trabalhadores e seus familiares, estão posicionados na renda variável em ações de empresas que estão entre as estrelas do universo empresarial brasileiro. Por brilharem no pregão da Bolsa, são muito grandes as chances de uma recuperação tão logo comecem a surgir no horizonte sinais de que a atual fase será superada.

São em geral não apenas ações das melhores empresas, mas é preciso atentar ainda para o fato de que muitas delas representam participação no grupo que controla a companhia. Como tais papéis têm um valor próprio que em parte independe do seu preço no pregão, é fácil concluir que ainda poderão dar muitas alegrias aos seus possuidores.

Sem esquecer que, ao contrário dos pension funds norte-americanos e europeus, os fundos brasileiros praticamente só investem no mercado interno, reduzindo drasticamente as suas chances de contaminação pela crise internacional. Simplesmente não existem investimentos diretos no Exterior. As normas autorizam apenas aplicações residuais por intermédio de fundos multimercados, mas mesmo essa porta apenas entreaberta praticamente não foi atravessada pelos gestores brasileiros.

A crise, cujas manifestações muitos brasileiros só conhecem agora, vinha sendo há algum tempo monitorada e tendo seus efeitos mais prováveis antevistos pelos gestores, que prudentemente anteciparam medidas acauteladoras.

É reconhecido que crises trazem consigo não apenas desafios, mas também oportunidades. É nessa perspectiva que os dirigentes brasileiros de fundos de pensão avaliam o que será preciso fazer ao longo deste ano para ultrapassar os obstáculos e aproveitar as boas chances que os mercados seguramente estarão oferecendo nos próximos meses. Apoiados nos superávits acumulados, ao mesmo tempo que numa gestão serena e competente, os gestores sentem-se com todas as condições de enviar uma mensagem de tranquilidade aos milhões de trabalhadores participantes de planos através do País, certos de que os fundos brasileiros estarão ainda mais sólidos quando essa crise passar.

